

Diário do Legislativo de 14/04/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PMDB-PT-PcdoB

Deputada Maria Tereza PMDB-PT-PcdoB
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Morteira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PcdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PcdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Glúcia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrús Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PcdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza
Cruz

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PMDB-PT-PCdoB Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PMDB-PT-PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PcdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bráulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reus BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PMDB-PT-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PMDB-PT-PCdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Valadares DEM Presidente

Deputado Djalma Diniz BPS Vice-Presidente

Deputado BSD
Marcus
Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BPS	Presidente
Deputado	PDT	Vice-Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BSD	
Deputado Gilberto Abramo	PRB	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Gil Pereira	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Pimenta	Carlos PDT
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Antônio Júlio	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Ângelo	Durval PMDB-PT-PCdoB
Deputado Fabiano	Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATA

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 8/4/2010

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre a situação dos herdeiros da área denominada Fazenda Peroba (antigo Bairro Ferrusso), desapropriada pelo poder público para organização e estruturação do Bairro das Indústrias, em Contagem. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.525/2008 (Deputado Vanderlei Miranda), no 1º turno. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Geovania Cortes Abreu, Maria Aparecida Abreu e Carla Marques Barbosa, herdeiras; e os Srs. Evandro Lopes da Costa Teixeira, Juiz Titular da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual; Marco Aurélio Ferenzini, Juiz Diretor do Fórum de Belo Horizonte, representando Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Evandro Brandão, advogado; Getúlio Mota e Silva, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2010.

Durval Ângelo, Presidente - Carlin Moura - Délio Malheiros.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/4/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC - com sede no Município de Barbacena o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município

de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.994/2008, do Deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado, a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, por meio de seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado, altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Grama. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.501/2009, do Tribunal de Justiça, que altera o quadro de cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.903/2009, do Deputado Fábio Avelar.

Requerimentos nºs 5.685/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.687/2010, do Deputado Wander Borges; 5.689, 5.690 e 5.818/2010, da Comissão de Segurança Pública; 5.745/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.795/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 5.833/2010, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 35/2007, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 2.499/2008, do Deputado Padre João; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.813/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.135 e 4.138/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.836/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.812/2010, do Deputado Wander Borges; 5.837/2010, do Deputado Inácio Franco; 5.839/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.742/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.789/2010, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.707/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.664/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.688/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr. ; 3.852 e 3.853/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 4.200 e 4.201/2010, do Deputado Gilberto Abramo; 4.210/2010, do Deputado Carlos Pimenta; 4.212/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.214/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.216/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.217/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.224/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.228/2010, do Deputado João Leite; 4.233/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.239 a 4.243 e 4.245/2010, do Deputado Weliton Prado; 4.248/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.250/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.258/2010, do Deputado Sebastião Costa; 4.260/2010, do Deputado Doutor Viana; 4.263, 4.265, 4.267, 4.268, 4.270, 4.271, 4.273 e 4.274/2010, do Deputado Paulo Guedes; 4.280/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.281/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.295/2010, do Deputado José Henrique.

Requerimentos nºs 5.746/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.793 e 5.794/2010, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.809/2010, do Deputado Célio Moreira; 5.810/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.814 e 5.815/2010, do Deputado Carlin Moura; 5.816/2010, do Deputado Inácio Franco; 5.834 e 5.835/2010, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.951/2009, do Deputado Carlos Gomes e 4.211/2010, do Deputado Ivair Nogueira.

Requerimento nº 5.813/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 14/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.232/2009, da Deputada Cecília Ferramenta.

Requerimento nº 5.831/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: debater as causas da interrupção das obras do Projeto Jaíba e discutir as reivindicações dos agricultores.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 14/4/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.994/2008, do Deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado, a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, por meio de seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências; 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC - com sede no Município de Barbacena o terreno que especifica; 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica; 3.004/2009, do Deputado Inácio Franco, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.018, de 15/1/2004; 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado, altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.501/2009, do Tribunal de Justiça, que altera o quadro de cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; e 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Dimas Fabiano, Gilberto Abramo e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2010, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Braulio Braz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2010, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno sobre emenda apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, e sobre emendas e um substitutivo apresentados em Plenário ao Projeto de Lei nº 4.388/2010, do Governador do Estado; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.817/2010, da Comissão de Segurança Pública, 5.820 e 5.821/2010, da Comissão de Direitos Humanos, 5.826 e 5.827/2010, do Deputado Dinis Pinheiro, e 5.843/2010, da Comissão Especial sobre a Arbitragem, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Délio Malheiros, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.707/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Mãe da Divina Providência de Pratápolis – AMDP –, com sede no Município de Pratápolis.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.707/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Mãe da Divina Providência de Pratápolis – AMDP –, com sede no Município de Pratápolis, que tem como finalidade prestar auxílio e proteção a crianças carentes na faixa de 7 a 14 anos, residentes na localidade.

Na consecução de seus propósitos, presta-lhes assistência socioeducativa, ensinando-lhes trabalhos artesanais, cultivo de hortaliças e outras tarefas agrícolas correlatas. Dessa maneira, a entidade proporciona aos seus assistidos atividades que visem melhorar suas condições de vida e bem-estar, buscando a sua integração na comunidade local.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.707/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.664/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – Ibrac –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.664/2009 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – Ibrac –, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população local.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades assistenciais, educacionais, culturais e esportivas, oferece cursos profissionalizantes objetivando à integração de seus associados no mercado de trabalho, combate a fome e a pobreza e disponibiliza assistência médica aos mais

necessitados. Além disso, zela pela preservação dos bens culturais e materiais de valor histórico e artístico, orienta a comunidade sobre a conservação do meio ambiente e contribui para o estabelecimento de políticas públicas e programas intersetoriais nos níveis federal, estadual e municipal, visando garantir a universalidade e a qualidade da atenção à criança e ao adolescente, na perspectiva de concretizar o direito e as oportunidades necessárias ao seu desenvolvimento humano, social e cultural.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.664/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.016/2009

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Neider Moreira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Banda Musical de Mateus Leme, com sede no Município de Mateus Leme.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, apresentando a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.016/2009 pretende declarar de utilidade pública a Banda Musical de Mateus Leme, com sede no Município de Mateus Leme, que possui como finalidade a disseminação da arte musical.

Na consecução de seu propósito, a entidade ministra o ensino gratuito a crianças carentes, estudantes e pessoas interessadas, buscando a formação e o aperfeiçoamento de músicos.

Dessa maneira, coopera com o aprimoramento cultural e social da população.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Por fim, cabe esclarecer que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo dar nova redação ao art. 1º do projeto, com a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.016/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Marcus Pestana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.200/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Gilberto Abramo, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Ministério Galera de Cristo – MGC –, com sede no Município de Juiz de Fora.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.200/2010 pretende declarar de utilidade pública o Ministério Galera de Cristo – MGC –, com sede no Município de Juiz de Fora, o qual tem por finalidade desenvolver e apoiar ações em defesa da qualidade de vida dos moradores.

A entidade desenvolve atividades assistenciais, esportivas, culturais e educacionais; busca a socialização de pessoas carentes e ex-usuários de drogas; promove seminários e divulga estudos, pesquisas e palestras com o intuito de formular e sistematizar propostas que visem atender às reivindicações da população, defendendo sempre a ética, a cidadania, os direitos humanos e outros valores universais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.200/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.216/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Braulio Braz, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Rodeiro, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.216/2010 pretende declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Rodeiro, com sede nesse Município, que tem como finalidade prestar atendimento aos idosos residentes na localidade.

Envida seus esforços na busca de soluções práticas para o bem-estar de seus assistidos por meio da criação de estabelecimentos destinados a abrigá-los, nos quais fornece-lhes assistência médica e material, além de apoio moral e afetivo. Dessa maneira, procura propiciar aos seus assistidos uma vida mais digna, visando à preservação de sua saúde física e mental.

Atende, também, em caráter excepcional, pessoas não idosas portadoras de deficiências físicas ou psicológicas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.216/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.233/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação João Diniz Ribeiro, com sede no Município de Contagem.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.233/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação João Diniz Ribeiro, com sede no Município de Contagem, que tem como finalidade a prestação de serviços diversos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores dessa localidade.

Para a consecução de suas metas, a entidade desenvolve ações voltadas para o cultivo da harmonia e da cordialidade entre seus associados, além de promover atividades culturais, sociais, desportivas, recreativas, educacionais e de saúde. A fim de contribuir para a formação ética, profissional e esportiva dos jovens da comunidade, a instituição desenvolve programas de combate ao uso de drogas e à violência.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade retificar o nome da entidade, de acordo com o constante no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.233/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.245/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Weliton Prado, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Kennedy e Adjacências – Amovika –, com sede no Município de Porteirinha.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.245/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Kennedy e Adjacências – Amovika –, com sede no Município de Porteirinha, que tem como finalidade implementar ações na busca da melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

Para alcançar seus objetivos, desenvolve atividades assistenciais, educacionais, culturais, esportivas e recreativas; protege a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; adquire medicamentos para doação e ambulância para transporte de doentes até os grandes centros hospitalares; oferece cursos profissionalizantes, objetivando a integração dos seus associados no mercado de trabalho e promove a habilitação dos portadores de deficiência.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.245/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.057/2009

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Gil Pereira, o Projeto de Lei nº 4.057/2009 altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca.

Analisa preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende modificar a Lei da Mata Seca, diploma exigido pela Lei nº 14.309, de 2002, a Lei Florestal mineira, para regulação do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca, de forma a aprimorar a descrição desse ecossistema e distingui-lo como típico e peculiar da Região Norte de Minas.

A denominação Mata Seca em Minas Gerais se aplica à vegetação resultante do contato entre os três biomas existentes no Estado, a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga. Apesar de assemelhada a outras formações decíduais que ocorrem em áreas de contato exclusivo da mata atlântica com a caatinga, nas proximidades do litoral central da Bahia, ou mesmo do cerrado com a caatinga, no sertão desse mesmo Estado, a formação mineira, em especial a partir da face posterior da Serra do Espinhaço, pode ser tratada como peculiaridade regional. Entende-se, assim, ser possível dispensar ao ecossistema em comento uma delimitação específica e uma denominação própria, como pretende o projeto, de modo que oportunamente corrigimos essa denominação para "complexo vegetacional decidual norte-mineiro".

O Substitutivo nº 1, apresentado na conclusão, tem por objetivo corrigir imperfeições no texto da proposta original e promover adequações técnicas de redação, inclusive quanto à delimitação precisa para a área de abrangência da lei com base nos limites geográficos dos tipos de vegetação do mapa "Biomas de Minas Gerais", que integra a publicação "Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação", revista e atualizada em 2005 e cuja primeira edição foi aprovada pela Deliberação Normativa nº 55, de 13/6/2002, do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.057/2009, no primeiro turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir

apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 17.353, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 17.353, de 17 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – A alteração do uso do solo, a conservação e a proteção da mata seca na Região Norte de Minas, denominação conferida ao complexo vegetacional decidual do Norte mineiro, observarão o disposto nesta lei e, supletivamente, a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002.

§ 1º – Para os efeitos desta lei, considera-se mata seca, ou complexo decidual da mata seca, um ecossistema específico e peculiar do Estado de Minas Gerais, predominante no domínio da caatinga, que se estende pelos domínios do cerrado e da mata atlântica, compreendendo formações vegetais típicas que variam de caatinga hiperxerófila e caatinga arbórea a floresta estacional decidual e semidecidual, com intrusões em veredas e vegetação ruderal de calcário.

§ 2º – A delimitação das áreas abrangidas por esta lei corresponde à Região Norte de Minas ocupada pelos biomas da caatinga, do cerrado e da mata atlântica, conforme o mapa "Biomas de Minas Gerais", que integra a publicação "Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação", revista e atualizada em 2005 e cuja primeira edição foi aprovada pela Deliberação Normativa nº 55, de 13 de junho de 2002, do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente e relator - Tiago Ulisses - Gil Pereira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.135/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 456/2010, o Governador do Estado enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que tem como finalidade autorizar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a alienar os imóveis que especifica.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 4/2/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme estabelecem os arts. 102, III, "a", e 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.135/2010 tem por escopo autorizar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a alienar os seguintes imóveis de seu patrimônio: apartamento nº 102 do Edifício Manaus, situado na Rua Engenheiro Amaro Lanari, no Município de Belo Horizonte, constituído pelos lotes nºs 24 e 25 da quadra 73 da ex-Colônia Adalberto Ferraz e registrado sob o nº 5.112 no Livro 2 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte; conjunto 17-C, localizado no 17º andar do Edifício Conde de Prates, na Rua Líbero Badaró, nº 293, 1º Subdistrito-Sé, no Município de São Paulo (SP), com área construída de 338,61m², e registrado sob o nº 39.986 no Livro 2 do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo; prédio na Rua Cláudio Manoel, nº 1.205, no Município de Belo Horizonte, em partes dos lotes nºs 18 e 24 da quadra 18 da 5ª seção urbana, registrado sob o nº 26.929 no Livro 2 do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte; prédio situado na Rua Paraíba, nº 641, no Município de Belo Horizonte, formado pelo lote nº 10 da quadra 27 da 5ª seção urbana, com área de 600m², e registrado sob o nº 39.679 no Livro 2 do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte; e prédio situado na Rua Gonçalves Dias, nºs 46 e 48, no Município do Rio de Janeiro (RJ), interligando o prédio com o nº 116 da Av. Rio Branco, e registrado sob o nº 70.527 no Livro de Registro Geral do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, cumpre-nos esclarecer que os bens públicos são prestigiados pela cláusula de inalienabilidade, o que impede sua transferência a terceiros. Contudo, tal regra não é absoluta, podendo a administração pública realizar certas operações envolvendo bens de seu patrimônio sem ferir essa cláusula.

O regime jurídico dos bens públicos tem por objetivo protegê-los de atos de aquisição da propriedade praticados por terceiros, obstar a dilapidação patrimonial que pode ser levada a efeito por maus administradores públicos e salvaguardar a continuidade dos serviços públicos.

A alienação dos bens públicos é inferida dos arts. 100 e 101 do Código Civil e é expressamente admitida pela Lei Federal nº 8.666, de 1993, que estabelece normas gerais de licitação e contratação. É termo genérico que designa qualquer ato que tenha o efeito de transferir o domínio de certa coisa de uma para outra pessoa, podendo dar-se por venda, troca, doação ou dação em pagamento.

A proposição em análise não utiliza, formal e expressamente, o termo "venda" como instrumento hábil à transferência de domínio dos bens públicos em questão, o que evidencia um equívoco de natureza técnica. O termo "alienar", previsto no projeto, de fato, equivale ao instituto da venda, que é uma das formas de transferência de domínio.

A venda é instituto de Direito Privado regulada pelo Código Civil, embora possa ser utilizada pela administração pública, caso em que essa transferência de domínio será norteadada por princípios de Direito Público. As regras básicas atinentes à venda de bens imóveis pelo Estado constam, como já destacado, na Lei Federal nº 8.666, de 1993, cujos comandos são de observância obrigatória por todas as entidades da Federação.

O art. 17 da mencionada lei prevê como requisitos para a alienação de bens imóveis da administração pública a existência de interesse público devidamente justificado, a autorização legislativa, a avaliação prévia e a licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos casos tipificados na lei.

Igualmente, a Carta mineira, no art. 18, ao tratar da alienação de bens imóveis do Estado, exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação, salvo nos casos de permuta e doação, observada a lei.

Na análise do projeto de lei em tela, cumpre destacar inicialmente que os cinco imóveis, embora integrem o domínio público, não têm uma destinação pública determinada nem um fim administrativo específico. Estando, portanto, desafetados de função pública, podem ser objetos de alienação.

No que toca ao interesse público, que deve nortear a transferência de bem público, na mensagem que encaminhou o projeto a esta Casa, o Governador do Estado esclarece que a venda em questão tem por objetivo permitir que a Fapemig cumpra seus fins institucionais com mais eficiência, uma vez que a gestão de imóveis – inclusive sediados em outros Estados –, com os encargos e ônus decorrentes de sua manutenção e conservação, não constitui objetivo precípuo da referida Fundação.

A avaliação prévia, outra exigência impostergável da alienação de bem público, também foi atendida com o encaminhamento a esta Casa dos laudos de avaliação dos imóveis que se pretende alienar, elaborados em conformidade com as Normas Técnicas para Avaliação de Imóveis Urbanos, consubstanciadas na NBR 14.653 (partes 1 e 2), da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT –, e com a Lei Federal nº 5.194, de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo, combinada com o disposto na Resolução nº 218/73, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea. Foram analisados os fatores influenciáveis como localização, posicionamento, acessibilidade, características construtivas e arquitetônicas, idade aparente e estado de conservação e consideradas ainda pesquisas de mercado, estudos matemáticos e estatísticos, tendências do mercado imobiliário.

De acordo com a documentação apensada à proposição, o apartamento 102 do Edifício Manaus, situado na Rua Amaro Lanari, no Município de Belo Horizonte, foi avaliado em R\$145.000,00; o conjunto 17-C do Edifício Conde de Prates, situado na Rua Líbero Badaró, em São Paulo, em R\$500.000,00; o imóvel da Rua Cláudio Manoel, em Belo Horizonte, em R\$4.800.000,00; o prédio da Rua Paraíba, também na Capital mineira, em 1.400.000,00; e o imóvel da Rua Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, em R\$8.380.000,00.

Com respeito à autorização legislativa, que deve preceder a alienação, a Lei nº 8.666, de 1993, não menciona, mas é certo que a lei autorizadora deve identificar claramente o objeto da alienação, não podendo ser uma simples autorização geral, o que equivaleria a uma delegação ilegal de competência do Poder Legislativo. Ressalte-se, contudo, que a autorização para alienar vários bens, desde que descritos e individualmente caracterizados, como no caso do projeto em exame, não constitui lei geral.

Outro ponto que merece atenção diz respeito à licitação, exigência, em princípio, inafastável do processo de alienação de bens públicos. É importante destacar que não é qualquer modalidade de licitação de que se pode valer a administração pública para alienar bem que integra seu patrimônio, pois a Lei nº 8.666, de 1993, exige que a modalidade seja a de concorrência. Por essa razão, entendemos que é necessário explicitar que a alienação se fará por procedimento licitatório na modalidade de concorrência, cujas hipóteses de dispensa, constantes das alíneas do inciso I do art. 17 da mencionada lei, não abrangem a situação em questão. Essa indicação deve ser feita no art. 2º do projeto, que estabelece que as alienações serão precedidas de avaliação e licitação a cargo de comissão a ser designada pelo Presidente da Fapemig.

Por fim, é importante observar que não é livre o uso do numerário auferido com a alienação de bem público. Com efeito, nos termos do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, tal numerário não pode ser utilizado no financiamento de despesas correntes, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Nesse aspecto, embora o projeto informe que os recursos provenientes da alienação dos imóveis serão destinados ao atendimento dos fins institucionais da Fapemig, consideramos necessário esclarecer que isso se fará com observância do expressamente disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, com o objetivo de promover as alterações pontuais destacadas, bem como de adequar a proposição à técnica legislativa, apresentamos, na parte conclusiva deste parecer, o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.135/2010 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a alienar, por meio de venda, os imóveis que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – autorizada a alienar, por meio de venda, os seguintes imóveis:

I - apartamento nº 102 do Edifício Manaus, situado na Rua Engenheiro Amaro Lanari, nº 109, no Município de Belo Horizonte, constituído pelos lotes nºs 24 e 25 da quadra 73 da ex-Colônia Adalberto Ferraz e registrado sob o nº 5.112, no Livro 2, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte;

II - conjunto comercial 17-C, localizado no 17º andar do Edifício Conde de Prates, na Rua Líbero Badaró, nº 293, 1º Subdistrito-Sé, no Município de São Paulo (SP), registrado sob o nº 39.986, no Livro 2, no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo;

III - prédio situado na Rua Cláudio Manoel, nº 1.205, no Município de Belo Horizonte, em partes dos lotes nºs 18 e 24 da quadra 18 da 5ª seção urbana, e registrado sob o nº 26.929, no Livro 2, no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte;

IV - prédio situado na Rua Paraíba, nº 641, no Município de Belo Horizonte, formado pelo lote nº 10 da quadra 27 da 5ª seção urbana e registrado sob o nº 39.679, no Livro 2, no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte; e

V - prédio situado na Rua Gonçalves Dias, nº 46/48, no Município do Rio de Janeiro (RJ), e registrado sob o nº 70.527, no Livro de Registro

Geral, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

Parágrafo único - Os recursos provenientes da alienação dos imóveis relacionados no "caput" serão destinados ao atendimento dos fins institucionais da Fapemig, observado o disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º - As vendas de que trata esta lei serão precedidas de avaliação e licitação, na modalidade de concorrência, a cargo de comissão a ser designada pelo Presidente da Fapemig.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Padre João - Chico Uejo - Ademir Lucas - Sebastião Costa.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

24ª reunião ordinária da 4ª sessão Legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 7/4/2010

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado José Henrique; Sr. Secretário, Deputado Hely Tarquínio; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos de Minas Gerais que acompanham esta reunião, boa tarde. Venho a esta tribuna para fazer uma análise, que não será muito profunda porque não tenho tempo, mas gostaria de difundir algumas questões ligadas a nossa Capital. Nascemos e vivemos praticamente toda a nossa vida aqui. É claro que nos preocupamos constantemente com esta cidade. Temos acompanhado durante muito tempo, praticamente 16 anos, a gestão dita popular e social do Partido dos Trabalhadores, e vimos o que restou. Recente relatório da ONU "Situação das Cidades do Mundo", da Habitat, aponta Belo Horizonte como uma das cidades mais desiguais do mundo. Vivemos a realidade da Índia mais pobre e a realidade da Bélgica. Os números são impressionantes. Belo Horizonte situa-se depois de três Municípios da África do Sul. Falou-se muito em governo popular, em investimento no social, mas encontramos uma situação de caos social, de desigualdade. Procuramos identificar aspectos que causaram essa situação tão triste, tão desigual. Talvez Belo Horizonte seja o retrato do nosso país. Lugares muito ricos, a Zona Sul, convivem com a pobreza extrema. Apesar de todo o apelo do governo popular e social, vivemos essa situação.

Alguns dados são impressionantes. Nunca tivemos na história de Belo Horizonte um crescimento tão grande das favelas como nos últimos anos. Ao citar favela, poderia falar sobre vila - aliás, nasci numa em Belo Horizonte. Na verdade, são vilas e favelas que cresceram muito. Isso porque belo-horizontinos ou pessoas que vieram viver em Belo Horizonte optaram por morar nessas moradias, e a maioria delas se encontra em áreas de extremo risco.

Quem conhece Belo Horizonte sabe que o Morro das Pedras - antiga Favela da Ventosa - era o lixão da Capital, ou seja, ali era depositado o lixo de Belo Horizonte. Sabemos que esses solos são instáveis. Foi permitida uma grande ocupação nessa região do Morro das Pedras. Há alguns anos, em janeiro, o mês das chuvas, houve uma grande tragédia nessa região, pois morreram praticamente oito crianças de uma mesma família. O que levou o belo-horizontino e aqueles que vieram viver em Belo Horizonte a morar em favelas, em situação tão indigna e de grande risco? Há alguns anos, o governo do PT tinha a intenção de fazer de Belo Horizonte uma ilha magnífica e de prosperidade. Portanto, tiveram a brilhante ideia de retirar a Capital da Câmara de Compensação Tarifária da Região Metropolitana. O valor da passagem dos ônibus da Região Metropolitana aumentou, enquanto o de Belo Horizonte diminuiu. Daí o que aconteceu? As pessoas que viviam fora da Capital pagavam o mesmo valor da passagem de quem morava em Belo Horizonte. Na verdade, elas têm de trabalhar. Muitas vezes conseguiam o emprego por morarem mais perto dele. Assim, muitos abandonaram a sua moradia nas cidades da Região Metropolitana e vieram viver nas nossas vilas e favelas de maneira indigna. Isso fez com que crescesse muito o número de moradores em lugares de risco e nas encostas em Belo Horizonte.

Por outro lado, nestes últimos anos, vimos na Capital também uma liberação desenfreada de grandes empreendimentos para o lucro. Isso é algo impressionante. Um governo que fez propaganda permanente do social beneficiou grandes empreendimentos em Belo Horizonte. Recentemente o Deputado Sávio Souza Cruz trouxe-nos os números impressionantes do crescimento do BH Shopping, que foi liberado para uma construção aproximada de 80.000m e já tem hoje perto dos seus setecentos... Isso é algo impressionante. Ao lado do BH Shopping está localizado o Belvedere, um dos bairros mais nobres de Belo Horizonte. Aliás, ele está com a sua liberação a pleno vapor. Especialmente num outro governo do PT, em Nova Lima, promoveu-se a liberação no Vale do Sereno para 70 mil pessoas morarem - aliás, isso é mais que a população de Nova Lima -, trazendo engarrafamento, uma situação incontornável para aquela região de Belo Horizonte. Quem mora no Belvedere paga aproximadamente um IPTU de R\$6.000,00 a R\$8.000,00 e, conforme o condomínio, R\$10.000,00. Por outro lado, uma loja no BH Shopping paga R\$160,00 por ano.

Portanto, vimos esses empreendimentos desenvolverem-se em Belo Horizonte sem nenhuma contrapartida para a população. O BH Shopping cresceu dessa maneira. Quer dizer, tem todos esses benefícios e não deu contrapartida alguma viária para melhorar o tráfego na Capital. Vimos também a situação do Pátio Savassi, ou seja, a liberação da construção daquele verdadeiro monstro na divisa ou na confluência das Avenidas Senhora do Carmo com Contorno. O que trouxeram de retorno para a população? Absolutamente nada.

Depois temos a questão grave, mais uma herança deixada pelo PT em Belo Horizonte, a situação do Bairro Anchieta, exposta nos jornais. Quem conhece Belo Horizonte sabe que, na região do final da Avenida Francisco Deslandes com a Rua Eugênio Rubião, paralela à Rua Samuel Pereira e à Rua Caciporé, há várias nascentes, junto ao Parque Julien Rien. Quem conhece Belo Horizonte sabe disso. Mas a Prefeitura de Belo Horizonte - o Prefeito Fernando Pimentel - liberou a construção de "shopping" ali. O que temos agora? Um prédio de sete andares em queda. Os outros três prédios da Rua Samuel Pereira, próximos ao Edifício Ágatha, também estão condenados, porque o Edifício Ágatha deverá cair sobre eles. Tudo isso liberado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Qual é a contrapartida para Belo Horizonte? Qual a contrapartida do entulhamento das nascentes do Parque Julien Rien, de todo aquele acervo ambiental que existia ali? Zero. Agora as pessoas que moravam nesses condomínios do Bairro Anchieta estão morando em hotéis. Não puderam pegar seus pertences pessoais, porque a irresponsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte, no governo do Sr. Pimentel, proporcionou isso. Qual é a contrapartida que nossa população tem recebido? Nenhuma.

Nossa cidade teve algumas salvaguardas, e esta Casa conseguiu, no momento, impedir a construção de 12 torres de apartamentos entre o BH Shopping e a divisa de Nova Lima. O Deputado Adalclever Lopes foi um dos autores do projeto que impediu a construção dessas 12 torres, criando a Estação Ecológica do Cercadinho. Senão teríamos mais essa aberração lá, sem contrapartida alguma para a população de Belo Horizonte. O Sr. Fernando Pimentel se foi, mas deixou herança para Belo Horizonte, sem contrapartida alguma. Está aí o nó no trânsito de Belo Horizonte, proporcionado por essas liberações sem cuidado algum. O que foi feito por Belo Horizonte foi obra do governo do Estado, o governo do PSDB, pelo Governador Aécio Neves. Foi feito não apenas em Belo Horizonte, mas na nossa região metropolitana. A revitalização do Aeroporto de Confins foi marco, porque proporcionou a implantação do centro de manutenção da empresa aérea Gol, com criação de empregos de alta tecnologia na região de Confins; como também a criação de espaço para implantação de empresas de informática, com a vinda de

muitas escolas e universidades para a região. Com isso, a Linha Verde era grande expectativa de melhora do acesso à Zona Norte de Belo Horizonte.

Alguns não conhecem Belo Horizonte, e outros até usaram esta tribuna para falar mal da Cidade Administrativa. Não conhecem Belo Horizonte, não sabiam o que estava acontecendo na Zona Norte de Belo Horizonte. O povo daquela região merecia grande investimento, para, de alguma forma, revertermos esse crescimento desenfreado de Belo Horizonte em direção a Nova Lima. O Centro de Belo Horizonte estava mudando para Nova Lima. Agora temos nova situação com a construção da Cidade Administrativa: a duplicação da Avenida Antônio Carlos, iniciada, temos de reconhecer, pelo PT na Prefeitura, com o Estado e o governo federal. Foi feita trincheira que ainda mantém rigorosamente todos os sinais de trânsito. Ainda temos o gargalo lá. É uma obra que não serviu para quase nada. E acompanhamos o término da duplicação da Avenida Antônio Carlos, com a presença forte do governo do Estado. Recentemente vimos a revitalização da Praça da Liberdade, uma região muito especial para todos os belo-horizontinos, com o corredor cultural, um verdadeiro centro cultural que apresenta grandes possibilidades para a nossa população.

Não tenho mais tempo, mas queria deixar essa análise sobre Belo Horizonte, uma cidade tão amada, que não merecia aparecer nos estudos da ONU nessa situação, entre os Municípios mais pobres do mundo, da África do Sul. Essa é a situação de Belo Horizonte, a Capital mineira: está entre as cidades mais desiguais do mundo. Essa é a herança deixada pelo Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte, depois de tantos anos de governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, caríssimos telespectadores da TV Assembleia, faço hoje uma homenagem à minha categoria, os jornalistas profissionais, pelo dia 7 de abril, Dia Nacional do Jornalista. Presto essa singela homenagem com a leitura de um manifesto formulado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, por sua Diretoria Colegiada.

"Sindicato dos jornalistas defende valorização da profissão e exigência de formação universitária específica para o exercício do jornalismo.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais parabeniza os companheiros de imprensa pelo nosso dia. Mas, mais do que celebrar, o Sindicato dos Jornalistas alerta para a urgência de refletirmos sobre temas vitais para a categoria, como as negociações coletivas e a tramitação no Congresso Nacional das propostas de emenda à Constituição que preveem o retorno da obrigatoriedade da formação superior específica para o exercício do jornalismo.

A decisão do Supremo Tribunal Federal está prestes a completar um ano, em 17 de junho. Para resgatarmos as nossas conquistas históricas e o fortalecimento da profissão de jornalista, é fundamental que toda a categoria e também os estudantes de jornalismo participem do calendário de ações para buscar o apoio da sociedade e dos parlamentares a essa causa, essencial para garantir um jornalismo ético e de qualidade.

Neste Dia do Jornalista, ressaltamos ainda a importância de as nossas negociações coletivas avançarem no combate à precarização das condições e relações de trabalho com ganhos reais nos salários, respeito ao direito autoral, entre outras demandas da categoria.

Nós, jornalistas, historicamente estivemos presentes em todos os fatos que marcaram e consolidaram a democracia brasileira. Com a nossa mobilização, seremos capazes de mostrar a importância de nossa profissão, e, no próximo ano, que possamos festejar o nosso dia com o restabelecimento da exigência de formação universitária específica para o exercício do jornalismo". Assina o manifesto a Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Sr. Presidente, pensando na melhor forma de homenagear nossos colegas jornalistas pelo seu dia, além da leitura do manifesto do nosso sindicato, a melhor forma de fazê-lo talvez seja reproduzir também artigo de jornalista, articulista, cientista político, sociólogo, professor da USP e da Unicamp, pessoa que sempre defende a importância dos meios de comunicação para o contraditório e o debate crítico: o grande sociólogo e jornalista Emir Sader. É artigo muito interessante sobre a imprensa brasileira. Hoje é o dia do trabalhador, da jornalista e do jornalista profissionais, e não da imprensa. Por isso, é interessante homenagear todos os jornalistas, fazendo a leitura desse artigo do Prof. Emir Sader, que reflete sobre o momento atual e sobre o papel da imprensa brasileira.

O artigo diz: "A imprensa brasileira teve momentos da história do País em que desempenhou papel determinante. Basta recordar o peso que teve nas mobilizações e desestabilizações que levaram ao Golpe de 1964, em que jornais como 'O Estado de S.Paulo', 'Tribuna da Imprensa', 'O Correio da Manhã', entre outros, tiveram o papel, pela primeira vez, de condutores ideológicos e políticos das forças opositoras. Setores da imprensa tiveram também papel positivo na campanha das Diretas, quando outros tentavam esconder a amplitude do movimento e seu verdadeiro significado. Assistimos hoje à decadência generalizada dessa mesma imprensa, que martela cotidianamente, praticamente de forma total e monótona, ataques contra o governo Lula, logrando, no entanto, que apenas 5% da população rejeite o governo, enquanto mais de 80% o apoie. Nunca a imprensa brasileira esteve tão distante e contraposta à opinião do povo brasileiro. Daí seu isolamento e decadência, pelo menos sob sua forma atual.

As Organizações Globo, que só possuíam um jornal, sem importância alguma, no Rio, antes do golpe, tiveram na ditadura sua grande alavanca, mas, ao mesmo tempo, o golpe insuperável de falta de credibilidade. Ficaram com a marca da ditadura, por mais que tentassem se reciclar, importando colunistas, usando a audiência da televisão para tentar conseguir mais público. Atualmente dispõe de um trio que atenta contra qualquer credibilidade, que dá a tônica do jornal: Merval Pereira, Ali Kamel e Míriam Leitão. Todos os três se caracterizam por serem as vozes do dono, por sua postura propagandística, sem interesse algum no que dizem, nem brilho ou criatividade no que escrevem. São funcionários burocráticos da empresa, que exercem, da maneira que conseguem, seu burocrático papel de opositores, buscando catar supostas fraquezas do governo, que é seu único objetivo. Nenhum tipo de análise, nenhuma nuance, nenhuma ideia. Para jornal que precisaria desesperadamente de credibilidade, eles são um tiro no pé, uma confirmação da falta de credibilidade do jornal. O resto do jornal, das manchetes de primeira página às colunas de notícias, padece deste freio da rígida linha editorial, fazendo um jornal sem graça, sem interesse, sem repercussão.

No Rio de Janeiro, o conjunto dos órgãos da empresa, mesmo atuando fortemente a favor de algum candidato, perdem sempre. Lula ganhou nas duas últimas eleições no Rio; os Garotinhos, Sérgio Cabral, Paes, mesmo Cesar Maia, se elegeram sem o apoio do jornal, que os atacava. Hoje, contra a vontade majoritária da grande maioria dos brasileiros, ficam de novo, acintosamente, na contramão da opinião do povo e do País, incluído claramente o povo do Rio de Janeiro, que sabe separar programas de diversão que lhe gosta ver das inverdades que diz o jornal e os noticiários de rádio e televisão da Globo.

Diminuem sua tiragem, perdem público abertamente para a internet, para os jornais gratuitos e para os jornais populares vendidos. Melancolicamente arrasta-se o jornal, na fúria 'antiliberalista', sem repercussão política alguma. O 'Estadão' sempre foi o jornal conservador por excelência, com certa discricção, boa cobertura internacional, posições claramente libertistas. Conforme foi perdendo público para a 'Folha de S.Paulo', que parecia mais atraente para os jovens, mais ligada à oposição à ditadura, tratou de rejuvenescer. Como jornal mais organicamente ligado às entidades empresariais, tem uma avaliação mais equilibrada da política econômica, valorizando seus avanços, no marco das críticas tradicionais do liberalismo dos gastos excessivos do Estado.

Além do papel do Estado na economia, suas maiores preocupações e críticas ao governo são na política internacional. Sua predileção, em tudo e por tudo, com os EUA, fica ferida com as alianças com os países do Sul do mundo e com os da América Latina em particular. A política externa soberana do Brasil os incomoda profundamente, transformando-se num dos temas mais usuais e violentos dos editoriais.

O outro são os movimentos sociais, em particular o MST, que causa ojeriza ao 'Estadão', pela defesa intransigente do direito à propriedade privada, pilar do sistema capitalista. O jornal foi praticamente o órgão oficial das passeatas de preparação do Golpe de 64, na defesa da liberdade, da família e da propriedade, valores aos quais continua fiel. A liberdade inclui centralmente a de imprensa privada, diga-se, protagonizada pela Sociedade Interamericana de Prensa, órgão da Guerra Fria, cenário a que o jornal, rançoso, ainda se sente apegado. Os editoriais sempre - e atualmente Dora Kramer - são os momentos mais patéticos do jornal, saudoso da Guerra Fria.

A 'Folha de S.Paulo' é o jornal que mais teve oscilações de imagem. Era um jornal sem nenhum peso até o golpe e mesmo durante boa parte da ditadura militar. O 'Estadão' era o grande jornal de São Paulo. A 'Folha de S.Paulo' apoiou ativamente a preparação do golpe militar, sua realização e a instauração da ditadura. Cumpriu tudo o que a ditadura determinava, com noticiários que escondiam os sequestros, desaparecimentos, execuções, publicando as versões oficiais, emprestando carros da empresa para a Operação Bandeirante - Oban.

Foi ao longo dos anos 80, quando levou Cláudio Abramo do 'Estadão', que a 'Folha de S.Paulo', pela primeira vez, ganhou prestígio, buscando espaço próprio na oposição liberal à ditadura. Pretendeu ser o órgão da sociedade civil contra o Estado autoritário, conforme a ideologia hegemônica na oposição, advinda da teoria do autoritarismo de Fernando Henrique Cardoso. A 'Folha de S.Paulo' tirava todo ano uma foto no teto do seu prédio, na Barão de Limeira, com os que ela considerava representantes da sociedade civil, de empresários a líderes sindicais, como que para expressar fisicamente esse vínculo organizado com os setores que se opunham, em graus distintos, à ditadura.

Consolidou essa imagem emprestando suas páginas para um certo pluralismo, com um cronista semanal do PT - Florestan Fernandes, Marilena Chauí, entre os mais conhecidos -, e distintos políticos, intelectuais e líderes sociais escrevendo na sua página de opinião. Desde a eleição de Fernando Henrique Cardoso, entrou em decadência, perdendo totalmente a credibilidade que o diferenciava. Colunistas com vínculos pessoais com os tucanos, como Clovis Rossi, Eliane Catanhede e outros, decadentes, como Jânio de Freitas, arrastam-se melancolicamente na decadência geral do jornal, o que mais despencou na tiragem e o que mais se transformou nas duas últimas décadas. O filho do Frias pai conduz o jornal pelo abismo da intranscendência e do rancor, parecendo-se cada vez mais com a 'Tribuna da Imprensa', da época de Carlos Lacerda.

A 'Veja' se assume, grotescamente, como o diário oficial da extrema direita, com paquidermes como colunistas, sensacionalismo de capa, projetando-se como má espécie de "bushismo" brasileiro. Com dificuldade para conciliar sua imagem de revista de generalidades com esse papel de brucutu da imprensa nacional, foi perdendo aceleradamente tiragem, o que aumenta a crise financeira que levou a empresa a pendurar-se em capitais externos.

Poderia ser menos afetada pela crise generalizada da imprensa por ser uma revista semanal, mas a brutalidade da sua orientação política a fez incorporar-se de cheio nessa queda.

Terá papel ainda mais truculento na campanha eleitoral, jogando tudo para tentar barrar a vitória do governo, esperando-se os golpes mais sujos da campanha da empresa dos Civita.

No conjunto, o cenário da imprensa brasileira - com a única exceção da 'Carta Capital', entre as publicações diárias e semanais - é deprimente e decadente. Uma vitória de Dilma, que os apavora, seria ficar mais quatro ou oito anos nessa posição de dirigentes opositores, trará dilemas difíceis para essas empresas. É possível que uma ou outra busque reciclar-se para adaptar-se a novos tempos, em que, aliás, tem de contar com o fim de toda uma geração de políticos estreitamente associados a ela, como FHC, Serra, Jereissatti, etc. Isso, associado a uma intensificação da crise econômica das empresas, deve colocar dilemas cruciais para órgãos que assumiram atitudes suicidas, contra a vontade expressa da maioria do povo brasileiro, e pagam um preço caro por isso".

Com esse artigo do colunista, articulista, sociólogo e cientista político, quero reverenciar todas as pessoas que, além de levar a notícia, sempre procuram ver uma versão e outra do fato, para o telespectador e para o leitor, fazem da sua profissão um espaço para o debate, para o confronto de ideias e especialmente para o combate à mediocridade e ao pensamento único.

Então, deixo a nossa homenagem a todos os nossos colegas jornalistas profissionais de Minas Gerais e do Brasil. Um feliz Dia do Jornalista para todos os trabalhadores da imprensa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, servidores da Assembleia, amigos presentes nas galerias desta Casa, imprensa presente, telespectadores da TV Assembleia nas centenas de Municípios que o sinal da nossa televisão alcança, senhoras e senhores, público jovem, de maneira especial, boa tarde.

Sr. Presidente, quero dirigir o meu pronunciamento de hoje, de maneira especial, à juventude. No último dia 28, foi realizada na Catedral da Boa Viagem a Jornada Arquidiocesana da Juventude. Às 15h30min, tivemos uma missa com D. Walmor e D. Joaquim Mol e, depois, uma longa caminhada até a Praça do Papa. Durante a homilia, nas palavras de D. Walmor, tivemos ali mais uma sinalização positiva e uma grande notícia quanto à possibilidade de a nossa Capital, Belo Horizonte, sediar a Jornada Mundial da Juventude de 2014. Os aplausos e os gritos de alegria daquela multidão de jovens, aproximadamente 3 mil pessoas, ao lado da Catedral da Boa Viagem, mostravam a vitória - pelo menos até o momento - alcançada, fruto da vontade, do desejo e da luta ardente dos jovens de Minas Gerais para que fosse realizado o sonho de ter Belo Horizonte como sede da Jornada Mundial da Juventude de 2014. Essa jornada mundial é realizada de três em três anos, em algum lugar do mundo.

No ano que vem, teremos a Jornada Mundial da Juventude na Espanha, com a sede em Madri. Desde 2000, quando o Papa João Paulo II realizou o Jubileu da Juventude, com vários outros jovens do Brasil, acompanhamos de perto cada passo desse projeto. Lembro-me bem de que, em 2000, eu era um dos jovens que estava coordenando as caravanas dos brasileiros em Roma. Ali, na Universidade de Tor Vergata, reunimos 2 milhões de jovens em uma vigília inesquecível. O Papa João Paulo II disse palavras que nunca mais serão apagadas de nossa mente e do nosso coração. Nós, 2 milhões de jovens vindos do mundo inteiro, dormimos na relva, em um campo gigantesco. O Papa madrugou também naquela universidade e nos deu uma palavra de ordem que nos orientaria em tudo o que fariamos em todas as áreas da nossa vida nos próximos anos e décadas a partir de então. Lembro-me como se fosse hoje de suas palavras célebres. O Papa disse: "Jovens, se vocês forem aquilo que vocês podem ser, se vocês forem aquilo a que vocês são chamados a ser, vocês incendiarão o resto do mundo". Aquelas palavras ecoaram não apenas em mim, mas também naqueles milhões de jovens reunidos - e ecoam até hoje -, norteando-nos para sermos protagonistas de um mundo melhor, de uma sociedade melhor, de um mundo novo.

A Jornada Mundial da Juventude iniciou-se em 1986, mas, em 2000, vivemos o grande momento de reunir jovens do mundo inteiro para realmente convocá-los a assumir seu papel de atores importantes e fundamentais nas discussões das políticas, situações, quadros e realidades mais difíceis, duras e importantes no mundo inteiro, olhando especificamente para cada continente com suas peculiaridades, realidades e sofrimentos, como o africano, do qual desde então não temos tirado os olhos.

Mas, Sr. Presidente, no Domingo de Ramos, dia 28, D. Walmor relembrou tudo isso e que, na última Jornada Mundial, em Sidney, na Austrália,

o Brasil já sinalizava sua vontade de ser candidato a sediar a Jornada Mundial da Juventude que se seguiria. Não conseguimos que fosse em 2011, pois Madri foi escolhida, mas o País começou a ser cogitado para sediar uma das próximas. Em 2009, lembro-me bem de que, na Torcida de Deus, no Mineirão, um público de 80 mil pessoas ouviu o nosso Bispo dizer, oficialmente, que Minas Gerais, por meio de sua Capital, estava lançando-se como opção para sediar a Jornada Mundial da Juventude. No dia 28, por meio das palavras de D. Walmor, percebemos que essa sinalização voltou a acontecer e que essa possibilidade se torna mais forte e real.

Temos ido às Jornadas Mundiais da Juventude em vários países e estaremos em Madri no próximo ano. Mas há uma grande expectativa, e aí vem a convocação que faço hoje. Isso porque eu também, nesta Assembleia, assim que fui eleito parlamentar, Deputado Estadual e representante do nosso povo, comecei uma batalha junto a outros companheiros. Tínhamos justamente este fim: conseguir, por intermédio do então Governador Aécio Neves e do atual Governador Prof. Antonio Anastasia - aliás, pessoa que tive a honra de ter como meu orientador no curso de especialização -, com o apoio da arquidiocese e de tantos movimentos e segmentos, mobilizar um grande número de pessoas. Lembro-me de que, na época, nós, eu e o meu colega Deputado Domingos Sávio, nosso Líder na Assembleia, assinamos e fomos ao Palácio entregar, em mão, ao Governador Aécio Neves esse pedido, um manifesto do nosso desejo de batalhar as condições necessárias para sediarmos a Jornada Mundial da Juventude, que não é uma coisa fácil. Em Tor Vergata, Roma, reuniram-se 2 milhões de jovens. Claro que, para a Jornada Mundial da Juventude no Brasil, em Belo Horizonte, falamos em aproximadamente 600 mil jovens, pelo menos. Portanto, falando em 600 mil jovens que aqui se hospedarão durante 20 dias, se considerarmos as pré-jornadas, imaginamos que teremos de investir em infraestrutura de hotéis, no aeroporto, em vários setores do nosso Estado, a fim de comportar esses jovens que virão. E é justamente esse o dossiê que começa a ser elaborado para mostrar ao Vaticano que Belo Horizonte está apta para isso, aliás, que é a melhor opção. Além de Belo Horizonte, Rio de Janeiro foi cogitado, assim como Brasília, mas hoje percebemos que Belo Horizonte pode sediar a Jornada Mundial de 2014, no ano da Copa do Mundo.

Então se trata de uma notícia que damos, em primeira mão, para os jovens mineiros. Até mesmo porque, antes da Jornada, que tem a duração de aproximadamente uma semana, há a pré-jornada, que os jovens que vêm do exterior são convidados a fazer em outras dioceses. Assim, poderíamos hospedar jovens nas dioceses de Juiz de Fora, Janaúba, Almenara, Leopoldina, ou seja, haveria jovens hospedados em várias dioceses.

Os jovens são a esperança não só de todo trabalho social da igreja, por intermédio da Pastoral da Juventude, mas de todas as ações que temos para as próximas décadas. Por isso a mobilização da juventude se faz necessária, até mesmo nas palavras de D. Walmor, em que diz que cada jovem deve ir ao encontro de outros jovens. Isso nos faz pensar nas nossas lutas, nessas que temos travado aqui na Assembleia para o enfrentamento ao grande mal: as drogas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos diante de uma quase epidemia do "crack", por mais que tenhamos nos esforçado, por mais que o governo de Minas Gerais esteja na vanguarda das ações de políticas sobre drogas - e aqui quero elogiar o Subsecretário Cloves Benevides, que realmente revolucionou, após a ação do Prof. Elias Murad, o trabalho, a concepção e o pensamento sobre políticas de enfrentamento às drogas no Estado de Minas Gerais, com o apoio total e irrestrito do nosso então Governador Aécio Neves e do atual Governador Prof. Anastasia. Não obstante todas essas ações, há hoje uma realidade diante da qual não podemos fechar os olhos. Hoje, nos gabinetes, nas comunidades onde atuamos, não há um dia em que não recebamos dois, três, cinco telefonemas de pais desesperados por causa da vida de seu filho, a qual está sendo destruída pelos jogos e pelas drogas, sobretudo por causa do "crack".

Tivemos uma série de reportagens, em dias anteriores, sobre a situação de Belo Horizonte. Queremos agir e atuar, mas agir não é só retirar, combater o que as pessoas estão fazendo de errado. Além disso, precisamos oferecer algo de bom. Ninguém retira algo de um saco e o deixa vazio. Não! Precisamos retirar das pessoas aquilo que lhes faz mal, mas precisamos ter opções para apresentar-lhes, para entusiasmar o nosso povo, dando-lhe prazer, esperança, alegria e fé. É o que Dom Valmor nos dizia e Dom Joaquim Mol completava ao dizer que ali estavam os futuros empresários, políticos, médicos, enfim, os futuros agentes da transformação da sociedade. Há, então, Sr. Presidente, a convocação de todos os jovens mineiros.

Este nosso pronunciamento, Deputados Delvito Alves e Maria Tereza Lara, vem ao encontro de uma realidade posta em prática hoje pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais: o Expresso Cidadania. Quero elogiar aqui essa ação, esse projeto maravilhoso, que este ano tem como lema "Jovens conscientes fazem um país diferente". A Assembleia Legislativa de Minas Gerais está de parabéns, bem como o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, quando convocam os jovens a participarem como protagonistas da construção de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa. Lendo os livros, quando pesquisamos a história do Brasil ou de outros países do mundo, percebemos que, nas transformações necessárias, quando houve a necessidade de mudanças verdadeiras, de lutas para mudar para valer situações de injustiça, os jovens foram convocados. Mais uma vez, eles estão sendo chamados.

Terminarei meu pronunciamento, fazendo duas convocações. Na primeira, convido os jovens a participar do projeto Expresso Cidadania com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Peço-lhes que não só participem, mas também sejam protagonistas, atores fundamentais nessa mudança, gerando a esperança e sendo a esperança de um povo que, muitas vezes, está desesperançado. O Expresso Cidadania quer, este ano, convocar os jovens a atuar mais de perto, a vir ao Parlamento, a conhecer essa realidade que um dia pode ser a deles. Precisamos, cada vez mais, preparar jovens para nos representarem futuramente. Então, esse projeto vai se alastrando pelo Estado, caminhando ao encontro dos jovens, motivando-os à participação efetiva não só na política, mas também em todas as ações sociais, conhecendo a realidade do nosso povo.

Na segunda convocação vem o Vaticano, a nossa arquidiocese nos chamando a encher o coração de esperança, convocando todos os jovens a estar de mãos dadas, de corações unidos para que, em Madri, em 2011, quando termina a jornada, o Papa Bento XVI possa ao final dizer: "Então, nós nos encontraremos no Brasil, em Belo Horizonte, em 2014". Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa sorte aos jovens do Brasil.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados, pessoas que nos acompanham na Casa do povo mineiro e público que nos acompanha pela TV Assembleia, gostaria, inicialmente, de manifestar minha preocupação e o meu desejo de superarmos um impasse relativo à possibilidade de celebração de convênios entre Poder Público e entidades do terceiro setor. Claro que nós, ao lado de tantos outros colegas, temos uma história em defesa da transparência na vida pública e de maior seriedade na condução das questões eleitorais. Portanto, desejamos, mais do que nunca, a aprovação do projeto Ficha Limpa, para que tenhamos mais transparência na vida pública. Não se pode pensar em construir uma democracia sem credibilidade, sem transparência, sem que haja coerência entre o que se fala aqui e o que se vive na vida pessoal e, especialmente, na vida pública. O representante do povo tem de ter a noção exata da responsabilidade que assume. Porém, quando faço essas referências, não posso também permitir ou concordar que comecem a generalizar e achar que, toda vez que se celebra um convênio, este pode ser usado eleitoreiramente.

Falo isso porque, a meu ver, tem havido um equívoco ao entender que a resolução do Tribunal Superior Eleitoral, que regulamenta as eleições deste ano, pode impedir o convênio com qualquer entidade. A resolução diz que é proibido o repasse de dinheiro ou de bens a entidades e pessoas. Mas, para mim, o Tribunal Superior Eleitoral quis deixar claro que os candidatos não devem sair por aí distribuindo dinheiro ou bens para pessoas ou entidades sob o pretexto de angariar votos. É claro que isso tem de ser combatido. Temos de ter eleição limpa. Não devemos permitir o uso da máquina para troca de favores. A pessoa precisa ter consciência de que, se ela se sujeita a uma troca de favor pelo seu voto, estará destruindo qualquer esperança de este país ter governantes sérios e decentes.

Não é nenhuma tentativa minha querer defender o direito de poder sair fazendo qualquer tipo de barganha por voto. Pelo contrário, temos de combater essa prática. O que não se pode é, sob o pretexto de estarmos em um ano de eleição, proibir fazer convênio com asilos, creches,

Apaes, santas casas e hospitais filantrópicos. Ora, esse segmento chamado terceiro setor, com instituições organizadas pelas sociedade civil, muitas vezes estimuladas por movimentos pastorais e motivadas pela organização de entidades como clubes de serviços e de entidades das mais diversas crenças religiosas, sempre procura fazer o bem. Para isso, criam-se a santa casa da cidade tal, a Apae do Município tal, creches, asilos, lar dos idosos; e essas entidades não podem parar por ser ano eleitoral. Também não se pode pretender que essas entidades cumram sua missão sem nenhum tipo de apoio do poder público, até porque são instituições que, de alguma forma, estão substituindo esse poder.

Veja bem o caso dos cidadãos que sofrem com o vício das drogas. Infelizmente, esses dependentes químicos representam um grande número de pessoas e levam famílias ao desespero. Por isso temos de ter a capacidade de auxiliá-los. Temos de ter uma ação enérgica e dura da segurança pública no combate aos traficantes. Mas hoje a própria lei já diz que o dependente químico, o viciado, muito mais que criminalizado, tem de ser assistido; ele tem de ser auxiliado. E agora, pela lei federal, é dever do poder público prestar assistência ao viciado para que ele possa abandonar as drogas, mas não há nenhuma casa de recuperação do poder público para drogados, alcoólatras e viciados. O que existe são instituições constituídas pela sociedade civil, por meio de entidades filantrópicas sem fins lucrativos, as quais dependem da ajuda da população e de convênios com o poder público para funcionar. Cerca de 99% das santas casas são entidades filantrópicas. Pode ser que exista uma ou outra que tenha sido constituída como entidade filantrópica e depois tenha se tornado instituição pública. Mas todas que conheço - e são muitas, pois faço questão de estar sempre atento a esse setor e ao lado das santas casas, das Apaes, das vilas vicentinas - são instituições filantrópicas. Trata-se de entidades sem fins lucrativos, mesmo com mecanismos de controle social.

A sociedade civil, por meio de voluntários, administra, fiscaliza e controla a fim de que o dinheiro seja utilizado de maneira correta.

Nas vezes em que o poder público repassa verba por meio de convênios, é sempre o dinheiro público mais bem-aplicado, porque assim ele salvará vidas e acudirá os mais pobres. Agora veio esta interpretação dizendo que não, isto é, em ano eleitoral, fica proibido o convênio ou o pagamento dos convênios, o que é equívoco. Aliás, tenho me rebelado contra isso, porque precisa ser mais bem-esclarecido. Temos de continuar com as parcerias com as santas casas e com as Apaes, para fazer o bem e, é claro, também continuar com a fiscalização, para que ninguém use isso eleitoreiramente, desvirtuando o propósito sagrado dessas instituições de servir ao próximo.

Aproveito para fazer referência à visita que fiz, nesta semana, a um hospital filantrópico, o Hospital Vaz Monteiro, de Lavras. Fiquei encantado com o sério trabalho realizado ali, e existem recursos garantidos de emenda parlamentar para ampliar a UTI neonatal desse Hospital. Esse dinheiro é do Orçamento, com previsão orçamentária, por isso não se trata de ação eleitoreira alguma. Isso é verba que colocamos no Orçamento para atender a área da saúde. Está garantido no Orçamento. Atenderemos a demanda do Hospital Vaz Monteiro. Nesse hospital, também vi algo que me encantou e ao mesmo tempo me preocupou. Ele possui centro de hemodinâmica, área específica no hospital para cuidar daquele cidadão que está com algum problema no aparelho circulatório, ou seja, que está enfartado ou com risco de AVC ou de qualquer outro problema circulatório das mais variadas espécies. O mais frequente e o que mais tem tirado vidas é o enfarto do miocárdio. Hoje, felizmente, a medicina evoluiu muito. Há cirurgias coronarianas com abertura do tórax, a chamada cirurgia cruenta, portanto intervenção cirúrgica propriamente dita, e cirurgia mais sofisticada, com colocação de próteses, o chamado "stent", para dilatar a artéria coronariana e recuperar o cidadão de forma muito eficiente, com aparelhos de última geração, como os do Hospital do Coração, de São Paulo. Os aparelhos do Hospital Vaz Monteiro são da melhor qualidade, assim como seu corpo clínico. Aliás, os médicos desse hospital estão operando, fazendo cirurgias cardíacas. Entretanto, há mais de um ano, o referido hospital está tentando se credenciar ao SUS para oferecer-lhe serviço de cirurgia coronariana.

Lavras é cidade-polo, belíssima, centro universitário, centro do saber, com nossa querida Ufla e com o instituto superior de Lavras, ligado ao sistema estadual de educação. Portanto, em Lavras, existe serviço de saúde pronto para atender, mas faz um ano que está tentando se credenciar e isso não ocorre. O Ministério da Saúde tem algumas restrições. Diz que precisa haver população de mais de um milhão de habitantes, o que é absurdo. Assim, se um cidadão está enfartado em Lavras, sai desesperado para conseguir cirurgia em Belo Horizonte, mas, ao chegar aqui, constata que a UTI do hospital está lotada. Se não tem vaga na UTI, ele morrerá ou terá de tirar dinheiro do bolso para pagar a cirurgia. Ou seja, o pobre está excluído. Como disse, a cirurgia está sendo feita, mas é claro que o hospital não pode realizá-la de graça, porque é cirurgia cara. O hospital tem duas opções: ou faz pelo SUS ou faz particular. O hospital quer fazer pelo SUS, mas o SUS não quer credenciá-lo. Isso não é justo. Assim, precisamos rever essa regra do Ministério da Saúde.

Ontem estive com o Secretário Dr. Antônio Jorge, que me atendeu prontamente. Aliás, ele me disse que estudará e fará uma análise para nos ajudar. Entretanto, de pronto, alegou-me que o Ministério da Saúde faz essas restrições. Então lhe perguntei o porquê disso, se o centro é competente, qualificado e possui demanda, e ele me respondeu que é sempre aquela velha história de que o cobertor é curto, isto é, o dinheiro não é suficiente para credenciar a todos, mesmo havendo demanda.

O governo federal e especialmente a Câmara dos Deputados não regulamentam a Emenda nº 29. Ela foi aprovada no final do mandato do Presidente Fernando Henrique e estabelece que o Município, o Estado e o governo federal têm de aplicar percentual de toda a receita na saúde. Todas as Prefeituras aplicam mais do que preceitua a Emenda nº 29. Mas o governo dos Estados e a União acabam não aplicando especificamente em saúde pública, porque usam o pretexto de que o saneamento e o dinheiro aplicado na Funasa, no Exército, no Hospital da Marinha, na área de prevenção e até o dos servidores públicos seriam dinheiro aplicado no SUS, o que não é verdade. O dinheiro aplicado no SUS tem de ser no Sistema Único de Saúde. Para isso é preciso regulamentar a emenda à Constituição. A lei complementar que regulamenta a emenda está no Congresso Federal, na Câmara dos Deputados, há quase 10 anos. A Câmara dos Deputados não age. Com isso fica o paciente de Lavras e de todo o interior de Minas no desespero, enfrentando filas. Nós, que temos um compromisso permanente com a saúde, não apenas falaremos, mas agiremos. Levaremos o problema e lutaremos para sua solução.

Na mesma reunião que tive com o Secretário, levei a S. Exa., por um lado, a boa notícia de que a UTI do Hospital de Piumhi está em fase de conclusão, fruto de nossa emenda parlamentar do ano passado, que foi paga a esse hospital. Foram R\$200.000,00, que possibilitaram ao hospital fazer adequação em suas instalações e construir espaço para funcionar uma UTI. Mas ele precisa dos equipamentos. Fizemos nosso apelo e, se Deus quiser, em breve, conseguiremos os equipamentos para a UTI do Hospital de Piumhi funcionar plenamente. Para que isso ocorra, temos de alertar o governo federal, que faz tanto proselitismo, de que deveria ter mais coerência, deveria colocar realmente mais dinheiro na saúde, melhorar o atendimento do SUS e atualizar a tabela de pagamento dos honorários aos hospitais, para que não fiquem sempre mendigando.

Ainda bem que o governo Aécio Neves criou o Pro-Hosp para dar reforço aos hospitais que atendem pelo SUS. Mas isso não tem sido suficiente. Até porque poderíamos ter mais hospitais credenciando-se ao SUS se a tabela fosse adequada e justa, o que não é. A coerência é o que tem faltado, muitas vezes, ao governo federal. Tanto pregou e, na hora de fazer as coisas, fez exatamente o contrário do que pregou. Agora o governo chega ao cúmulo de admitir que é incoerente mesmo. Deputado João Leite, ouvi o Presidente Lula dizer ontem, à noite, na abertura da Feira Nacional da Construção, que há um ano prometeu a todo o Brasil que faria 1 milhão de casas. Ele disse: "Prometi, mas sabia que não tinha jeito". Ora, o sujeito chega agora, com a cara de pau, e diz: "Prometi, mas sabia que não tinha jeito". E começou a arrumar culpados. Curioso é que ele disse ser um dos culpados, porque fez aquilo justamente para mexer com o País, para que começasse a pensar grande. Ele disse: "Prometi 1 milhão de casas, mas sabia que a CEF não estava estruturada, porque a CEF, por exemplo, sempre trabalhou com a premissa de que fazer casa era mais problema do que solução". Disse que mudaria isso e ainda: "Quando lancei esse programa, a CEF não estava estruturada". Ora, o Presidente lançou esse programa no ano passado, quando era Presidente da República há mais de seis anos, e ele nomeia o Presidente da Caixa Econômica.

Estão no deslante e no absurdo de ainda continuar culpando o antecessor pelos erros do atual governo Lula. É mais ou menos o que a Ministra Dilma veio fazer em São João, não é, Deputado João Leite? Brinca com a inteligência de todo o povo mineiro e brasileiro. Tenta nos chamar de

idiotas, para continuarmos batendo palmas para ele, como se tudo estivesse normal. O PT expulsou os Deputados Federais que votaram, na época, no Tancredo Neves. Deputado João Leite, sei disso porque - e nunca o escondi - fui fundador do PT. Quando ocorreu isso, Deputado João Leite, saí do PT. Não fui expulso, porque não era Deputado Federal. Eu era um modesto médico-veterinário em Divinópolis. Saí. Felizmente falo que evolui. Em 1988, fundei o PSDB. E nunca mudei de partido, a partir da fundação do PSDB.

Mas o PT votou contra tudo o que era para evoluir em nosso País, e aqueles três que votaram a favor do Presidente Tancredo foram expulsos. Agora vem a Ministra Dilma trazer flores em um gesto demagógico. Será que ela foi pedir perdão ao povo mineiro, ao Presidente Tancredo Neves, ou simplesmente está querendo nos enganar, como se ela e o PT fossem grandes parceiros do Presidente Tancredo Neves? Considerando-se a atitude autoritária que sempre adotaram, essas pessoas não tiveram respeito por esse Presidente, com o povo mineiro nem com a luta pela democratização. Todavia, agora vêm fazer demagogia às vésperas da eleição? A Deputada Erundina foi expulsa também - lembro aqui -, assim como a Deputada Bete Mendes. Então é esse o tratamento que nos dão, o tratamento da incoerência, de não arrumar mais recursos para a saúde pública. Ficam culpando os Prefeitos e o governo do Estado. Não arrumam dinheiro para construir as casas e culpam, agora, a Caixa Econômica Federal, como se ela fosse um banco privado. É preciso que alguém conte ao Lula que é ele quem nomeia o Presidente da Caixa Econômica Federal. Obrigada, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/4/2010

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje quero tratar de dois assuntos um pouco distintos, mas muito importantes: um mais na esfera político-partidária e outro no campo das políticas públicas.

O primeiro deles diz respeito a essa polêmica, objeto de muitos comentários principalmente no noticiário político, sobre um movimento que já estaria sendo feito pelas lideranças de alguns partidos políticos em Minas Gerais, com o objetivo de construir, à semelhança do que ocorreu em 2002 e em 2006, momento das eleições em que Lula era candidato a Presidente e Aécio, a Governador, um fenômeno cunhado e conhecido como "lulécio". Aqueles segmentos que apoiaram o Presidente Lula e o Governador Aécio, por sua vez, neste ano, poderiam seguir um padrão parecido sob a designação do chamado "dilmasia", ou seja, a candidatura da Ministra Dilma para o governo do País e a candidatura do atual Governador Anastasia para o cargo máximo no Estado de Minas Gerais.

Trato desse assunto aqui, mas não o faço sob a lógica da especulação e da fofoca; tampouco lanço mão da idéia que talvez algumas lideranças, com menos identidade partidária, possam estar levantando neste momento. Faço-o, sim, sob a perspectiva democrática e de fortalecimento dos partidos políticos.

Obviamente, no quadro de pré-candidaturas, todas são muito respeitadas e possuem uma larga trajetória de prestação de serviços ao Estado de Minas Gerais e ao País. Refiro-me, portanto, à nossa ex-Ministra Dilma, ao ex-Governador Serra, à nossa ex-companheira de partido, Marina. Em Minas Gerais, faço alusão ao ex-Ministro Patrus, ao ex-Ministro Hélio Costa, ao ex-Prefeito Fernando Pimentel e ao atual Governador Anastasia. Com certeza, cada um deles com sua experiência, com sua visão de mundo, com sua trajetória e com serviços prestados tem legitimidade suficiente para postular tanto o cargo de Governador como o de Presidente da República; todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, entendo que movimentos nessa direção são muito perniciosos à democracia. É muito importante que cada partido político, democraticamente, faça a sua opção programática, sua opção ideológica e apresente o seu programa de governo. Não podemos personalizar, em excesso, a política. Já temos um modelo político - por isso lutamos tanto pela reforma política - que fragiliza os partidos, não tem financiamento público, personaliza o voto, despolitiza os processos eleitorais e desequilibra as escolhas em favor do poderio econômico. Então, é muito importante que os partidos políticos apresentem suas propostas nos planos nacional e estadual. É assim que se devem construir as disputas democráticas e eleitorais.

Ontem a nossa pré-candidata Dilma foi muito clara, ao defender que a base de apoio do Presidente Lula deve ter uma candidatura forte ao governo de Minas Gerais. Para oferecer a ela aqui um palanque consistente, sabemos que melhor que "dilmasia" ou "anastadilma" seria "padilma" - Patrus e Dilma - ou "dimentel" - Dilma e Pimentel - ou, ainda, outras combinações possíveis que guardem maior coerência político-ideológica.

Somos do PT e temos uma visão do papel do Estado muito diferente da que tem o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, numa visão hegemônica do PSDB, defende o Estado mínimo, ou seja, não defende a presença do Estado como indutor e possibilitador do desenvolvimento. Dessa forma, critica os nossos programas sociais e é contra a contratação de funcionários efetivos para nossas universidades e para as nossas políticas públicas.

Obviamente, um projeto que nacionalmente é diferente do nosso não pode ter o nosso aval no plano estadual. O PSDB - faça-se justiça - é também um partido nacional. Acredito que o PT e o PSDB hoje são partidos com características de organização nacional muito próximas, apesar de terem visões ideológicas de política, do papel do Estado, muito mais distantes do que já tiveram ao longo da história.

Como Vice-Presidente estadual do PT, digo que temos uma resolução aprovada por unanimidade, defendemos uma candidatura própria ao governo de Minas, temos um calendário eleitoral interno aprovado e uma data de registro de pré-candidatura. Nosso ex-Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, descompatibilizou-se, porque quer disputar o governo do Estado, e já fez o registro da sua pré-candidatura na Executiva Estadual do PT. Provavelmente o ex-Prefeito Fernando Pimentel fará da mesma maneira nos próximos dias, e o PT tem um calendário interno de debate para proceder a essa escolha, que será interna, não impositiva aos demais partidos aliados da base do Presidente Lula. Queremos aprofundar o diálogo com o PMDB, com o PCdoB, com o PRB, de nosso querido Vice-Presidente José Alencar, com os demais partidos da base aliada do governo Lula, ainda que aqui, em Minas, haja uma proximidade maior com o governo do Estado. No entanto nada impede que façam uma reflexão crítica e possam vir também caminhar conosco no âmbito do Estado.

Do ponto de vista partidário, o fenômeno "lulécio" foi muito nefasto para o PT. Este não pode ser igual a muitos partidos, pragmáticos, fisiológicos, que aderem a qualquer governo ou a quem está à frente das pesquisas eleitorais. Queremos partidos cada vez mais ideológicos, nítidos, programáticos. Não queremos que a política se transforme em um balcão de negócios, em que um Prefeito faça sua escolha eleitoral em vista da verba que recebe, da emenda que é liberada, do acesso maior ou menor aos recursos públicos. Defendemos políticas de Estado, políticas republicanas, em que o critério da necessidade e da justiça social se imponha sobre o critério da conveniência política, dos amigos do rei, dos apaniguados, daqueles que trocam de camisa partidária ou de apoio eleitoral para ganharem uma próxima eleição, para terem acesso a um financiamento de campanha ou um acesso privilegiado aos detentores de poder, seja ele em que nível for. Por isso construções personalistas, como "lulécio" ou "dilmasia", não correspondem ao ideal democrático-partidário que defendemos. Uma coisa é a livre escolha do eleitor. Obviamente que o eleitor, em nosso sistema eleitoral, tem a prerrogativa de escolher livremente candidatos a Presidente, a Governador, a Senador, a Deputado Federal, a Deputado Estadual, de acordo com suas convicções. Mas, pelo nosso modelo eleitoral, esse processo traz até mesmo distorções que não ocorrem em outros países, em outros modelos. O candidato vota no Lula para Presidente e em um candidato a Deputado Federal que é contra o Lula. Pelo nosso modelo, às vezes temos um Presidente eleito que é minoria do Congresso. Então, surge essa série de sucessivos casos ainda obscuros de negociação entre o Executivo e o Legislativo dos Parlamentos municipais, estaduais e

mesmo do Congresso Nacional, porque o nosso modelo não é o do fortalecimento do partido, o do voto em lista. Se você disputa uma eleição proporcional, às vezes, no mesmo Município, concorre com um parlamentar do seu próprio partido. Então, precisamos de uma reforma política profunda que institua mecanismos mais consistentes de escolha democrática. Por isso venho aqui, na condição de Vice-Presidente Estadual do PT, para fazer um alerta ao Partido.

Não podemos transformar as eleições no nosso país em balcão de negócios, onde cada militante partidário faz o que quer, onde cada liderança partidária fala o que pensa. Que o debate seja democrático no Partido, e que as escolhas partidárias sejam rigorosamente obedecidas pelos nossos militantes e filiados. Temos hoje pré-candidata à Presidência da República, a Ministra Dilma. Temos resolução que defende candidatura própria em Minas Gerais. Obviamente, discutiremos com os partidos da base aliada do governo Lula. Consta-me que o PSDB não integra essa base, assim como o DEM. Nenhuma construção feita com o objetivo de buscar aliança estruturada, em nosso Estado, com partidos adversários no plano nacional, na eleição nacional tem consistência política e sequer racionalidade político-eleitoral, porque fragiliza o próprio bloco de forças que pode sustentar a pré-candidatura da Ministra.

Temos de fazer debate muito tranquilo. Obviamente, o episódio de ontem foi brincadeira. Muitas vezes, as pessoas multiplicam, transformam brincadeiras, com certo toque de humor, em verdades absolutas da parte da nossa pré-candidata. Faço questão de dizer que esta é sua visão, manifestada na própria entrevista. Ela respeita as opções do eleitor, mas o PT e a base aliada devem ter candidatura em Minas, para fazer aqui o que o Presidente Lula está fazendo em nosso país. É governo que reduz as desigualdades, combate a pobreza e amplia as políticas públicas sociais, investe no ensino superior, na agricultura familiar, no apoio às famílias, na multiplicação dos programas de transferência de renda. Nosso projeto é distinto do projeto do ex-Presidente Fernando Henrique, é distinto do projeto ideológico do PSDB. Logo, marcaremos essas diferenças em Minas Gerais com candidatura ao governo do Estado e candidatura ao governo central, à sucessão do nosso Presidente Lula. Portanto, Sr. Presidente, deixo esta mensagem política. Que possamos construir o "Padilha" - Patrus e Dilma -, o "Dimentel" - Dilma e Pimentel -, orientar e discutir bem com o eleitor mineiro, para que um Governador do PT faça no Estado o que o Presidente Lula está fazendo no nosso país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários e convidados, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, como homem público e defensor da transparência no poder, não poderia deixar de comentar o que aconteceu ontem e pedir desculpas ao povo brasileiro, particularmente aos mineiros, pelo frustrante desfecho da votação do projeto da "ficha limpa", em Brasília. Essa é matéria de iniciativa popular. O povo não atura mais conviver com as malandragens e as sujeiras que rolam na esteira do poder. Como era cantado em verso e prosa pelos meios de comunicação, venceram os grupos que têm medo de mostrar a própria ficha e os que se protegem dos rigores da lei, que querem cada dia mais distante de sua realidade.

Estou certo de que esse sentimento de frustração atinge a maioria dos homens e mulheres que compõem o corpo legislativo desta Casa. Lamentavelmente, a voz do povo foi calada ontem na Câmara dos Deputados, em Brasília, onde o projeto deveria ter sido votado. Prevaleceu a estratégia dos grupos que não desejam mudanças por considerarem que assim é que está bom. Vale destacar que a campanha "ficha limpa" foi lançada em 2008, causando polêmica entre políticos após a Associação Brasileira de Magistrados - AMB - divulgar uma lista com os candidatos "fichas sujas".

O que mais me desgosta neste episódio, como homem público e pai de família, Sr. Presidente, é que, conforme bem sabemos, as tramoias e o jogo urdido pelo poder contaminam a nossa sociedade, que não quer mais ser representada por quem não corresponde aos seus ideais de moralidade. O que pensam hoje os jovens, nossos filhos, que lutamos para educar no caminho da justiça, da dignidade e da ética, se alguns de nossos políticos dão exemplos que contrariam tudo isso? Por certo, a conduta dos colegas de Brasília também respinga em todos nós. Infelizmente, integramos um mesmo universo, o dos políticos, já tão desgastado diante da opinião pública. Assim, ganham chance de disputar eleições mesmo aqueles que usam mal o poder que lhes foi confiado e desviam verbas públicas, locupletando-se com os recursos recebidos, ou que mudam de partido quando lhes é conveniente. Tudo muito bem articulado. E tudo continuará "como dantes, no quartel de Abrantes", nas próximas eleições.

A votação esperada não foi realizada porque faltaram assinaturas para que a matéria fosse colocada em regime de urgência. O desfecho dado à votação do Projeto de Lei Complementar nº 518/2009 apenas consumou o que já era previsto por boa parte da mídia. Os Líderes decidiram encaminhar as propostas para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para eventuais mudanças no texto. A meu ver, a mudança necessária já havia sido feita pelo relator, que muito bem fundamentou sua emenda que dá ao réu a oportunidade de apenas perder a condição de elegível se estiver sendo processado em segunda instância, e não, em primeira, como previa o original. A Comissão terá prazo até o dia 29 de abril para aprovar o parecer sobre a proposta. Se o parecer não for aprovado até essa data, as propostas serão analisadas diretamente pelo Plenário, em regime de urgência, o que deveria ter sido feito ontem.

Na verdade, irá acontecer com esse projeto, com essa proposta o mesmo que ocorreu com a proposta dos aposentados e pensionistas. Quer dizer, empurraram os aposentados e pensionistas com a barriga, dizendo que iam votar o projeto e dar reajuste aos que recebem acima do salário mínimo, mas até hoje a situação não mudou. Já se previa também que, dentro do conjunto de estratégias e artimanhas para inviabilizar a votação do projeto, estaria a anexação de várias emendas à matéria. Nenhuma surpresa: é a mesmice da imoralidade que abre espaço para escândalos que permeiam todos os Poderes e escalões da nossa surrada e tão aviltada República.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado. Acompanho o seu pronunciamento, e não é a primeira vez que V. Exa. sobe à tribuna trazendo essa preocupação. Queria comentar que ontem uma grande operação da Polícia Federal, no Brasil e em Minas Gerais, prendeu uma organização dirigida pelo Sr. Valdebran Padilha, aquele mesmo que o Presidente Lula, com outros companheiros do PT, denominou "aloprado". Aqueles que estavam comprando um dossiê contra o nosso partido, contra o PSDB. Essa figura que comprava o dossiê contra a candidatura do Alckmin e do Serra, o Valdebran Padilha, continuava operando e utilizando recursos públicos. V. Exa. está fazendo o alerta. Essas pessoas estavam comprando um dossiê contra o PSDB, juntando documentos falsos, utilizando muito dinheiro para a compra desse dossiê, forjando provas contra o PSDB. Esse elemento estava livre, manipulando dinheiro público. Em Minas Gerais, infelizmente foi localizado um braço desse homem, chamado pelo Presidente Lula, apesar de ser companheiro do PT, de aloprado. Ontem foram presas várias pessoas em Minas Gerais que participavam disso.

Por isso é tão importante a investigação, os esclarecimentos e a punição. Essa punição foi negada ontem pela maioria no Congresso, a qual V. Exa. tão bem defende da tribuna nesta tarde. Parabéns pelo seu pronunciamento, e obrigado por me conceder aparte.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado. A questão é que faltaram assinaturas suficientes para aprovar o pedido de urgência para votar o Projeto Ficha Limpa. O texto volta agora para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, antes de seguir para o Senado e, posteriormente, para a sanção presidencial. A votação no Plenário da Câmara, portanto, fica para maio - se for votado e seguir todos esses trâmites -, mas acredito que isso não ocorra.

A verdade é que tudo o que certos grupos queriam - o PT e o PMDB - era mesmo evitar que essa lei vigorasse nas próximas eleições. Tudo leva a crer que conseguirão alcançar o seu objetivo. Mas, se alguns políticos frustraram a expectativa dos brasileiros, por outro lado, os cidadãos deste país deram uma demonstração de que desejam um Brasil diferente daquele em que vivem. Isso é confortante. E que não se esmoreçam nessa luta que empreenderam com a busca de assinaturas para o projeto e mantida por meio da internet e de "e-mail". É este o Brasil que

queremos e é por ele que temos de lutar. Chega de sermos classificados como a casa da mãe joana.

Aproveitando a ocasião, quero alertar os aposentados e pensionistas, para que não se iludam quanto a essa pseudobondade do governo em conceder um reajuste acima do que inicialmente foi proposto.

Ontem tentaram colocar em votação reajuste de 6,17%; outros estão querendo 7%. Ora, se for posto em votação, tanto Oposição quanto Situação votarão favoravelmente aos aposentados e aos pensionistas. Portanto o Presidente, por seus Líderes, está evitando colocar a matéria em votação porque sabe que perderá. E os aposentados e os pensionistas estão de prontidão. Na verdade, é preciso que fique claro que, se os aposentados e os pensionistas alcançarem a composição do reajuste em 7,71%, o mérito é do Senado, mesmo que esse percentual não recupere as perdas somadas pelos pensionistas e pelos aposentados desde 2003. No momento, Lula se encontra acuado diante da alteração do índice de 6,5%, em vigor, para os 7,71% propostos pelo Senado. Sabe o governo que o número de aposentados e pensionistas neste país, em torno de 25 milhões, faz a diferença em eleição. Agora vão querer ser bonzinhos, porque os aposentados e os pensionistas estão se organizando e realmente pedirão votos para os que os representam e identificarão todos os que trabalham contra eles. É uma petista querendo falar. Mas fiquemos alertas, porque, em 2011, aposentados e pensionistas terão de empreender nova luta por reajustes. Aí, o governo que escolhermos estará empossado, sem a preocupação de fazer bondades.

Ontem, Sr. Presidente, falamos desta tribuna sobre o projeto que apresentamos proibindo o uso das pulseirinhas coloridas do sexo. Mas apresentamos substitutivo ao projeto proibindo também - e acredito que terei o apoio dos nobres pares - a entrada nas escolas públicas e privadas desse adereço colorido, que muitas crianças e jovens estão usando sem saber de seu verdadeiro significado. Tivemos notícias, pelos principais jornais, de crianças e adolescentes estupradas, violentadas e mesmo mortas, porque alguns jovens arrebitaram as pulseirinhas e cobraram a prenda. Portanto entramos com esse projeto, para evitar coisas como essas.

Por fim, quero dizer ainda, Sr. Presidente, que o Presidente Lula esteve em Belo Horizonte e disse que, ainda neste governo que está se acabando, Belo Horizonte teria seu metrô. Mais uma vez, vemos a mentira do Presidente Lula, que não quer saber de metrô em Belo Horizonte. Ontem a candidata do PT disse, em entrevista à Rádio Itatiaia, que, no PAC 2, o metrô de Belo Horizonte poderá ficar para 2011 ou 2012. Quer dizer, o metrô de Belo Horizonte já era. Estamos próximos às eleições, e Minas não pode parar. Assim continuaremos com este apoio firme, para que o Governador Anastasia continue a administrar este Estado com transparência e lisura, porque é homem ético, que cumpre o que fala. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, público das galerias e funcionários da Casa.

Ouvi atentamente a fala do Deputado Célio Moreira, com a intervenção do Deputado João Leite, e não vamos ser repetitivos, mas falaremos do mesmo assunto, em virtude da importância do momento que vivemos e da falta de importância que estão querendo dar a algo tão necessário como a votação do Projeto Ficha Limpa.

Todos nós, que queremos o bem, não podemos concordar com a Câmara dos Deputados - com a maioria dos Deputados Federais, já que 161 Deputados se posicionaram a favor de não se votar o Projeto Ficha Limpa. Hoje, vemos estampado nos jornais, para decepção de todos, as manchetes: "Foi um verdadeiro dia de fingimento"; "A preguiça de quem tem medo adiou o batismo do projeto órfão"; ou ainda "PT e PMDB mandam Ficha Limpa para a geladeira", e assim por diante.

Fico muito preocupado, pois esse projeto é de iniciativa popular, vem com a força do povo, com a força da população brasileira. Em uma amostragem pequena, em pouco tempo, os órgãos interessados no bem deste País, num País mais justo, mais honesto e mais limpo, conseguiram, na realidade, 1.600.000 assinaturas contra os fichas-sujas.

É muito importante fazermos uma reflexão, pois é vontade do povo. Fazemos uma pergunta a esses Deputados que não aceitaram votar - e depende da consciência de cada um votar o mais rapidamente possível -, e disseram que é preciso discutir mais. Discutir o quê, se esse projeto está lá há mais de oito anos? Ele somente veio à tona porque a iniciativa popular veio à tona. Não há mais o que discutir: ou se escolhe para representar o povo, para nos representar nas nossas casas públicas, homens de bem, homens com as suas fichas limpas, ou veremos esses episódios tristes como o mensalão de Brasília e tantos outros atos corruptos serem praticados por um enorme número de homens públicos e políticos pelo País afora, exatamente por meio do voto do povo. Entretanto, esses homens públicos não sabem que o povo tem a arma maior contra eles: o voto.

A eleição está chegando. Devemos alertar o nosso povo nas igrejas, em todos os setores e campos no tocante a essa questão, a favor da qual também luta a Ordem dos Advogados do Brasil juntamente aos órgãos envolvidos no Projeto Ficha Limpa, porque queremos que a ficha de todos - e também me incluo nessa situação -, fique à disposição da população. Todos deverão saber em quem votarão; não deverão votar, pois, em pessoas que se escondem, parecendo sepulcro caiado, a que se refere a Bíblia: branco, pintadinho por fora, mas oco e podre por dentro. O povo está cansado de maus representantes na Câmara, no Senado, nas Assembleias, enfim, em todos os setores públicos do nosso país.

É muito triste ver que os maiores partidos, que estão governando o nosso país, não querem o Ficha Limpa. Por que não querem? Qual é a justificativa? O que se está querendo é que um homem, cidadão brasileiro, que pela Constituição pode candidatar-se à eleição, não apresente situações que o desabonem em sua vida pregressa para se candidatar, para ser representante do povo, para administrar o que é público. A árvore ruim não dá bons frutos. Se o candidato é ruim na vida particular, se tem mau procedimento na sua vida profissional, dificilmente será correto na sua vida pública.

O que se quer é prevenir. Como médico, sei que prevenir é muito melhor que remediar. Remediar como? O recurso foi liberado no mensalão. Por que não se condenam os atores do mensalão, que já tem mais de quatro anos e ainda só levantamento estão sendo feitos? Todos os que estiveram envolvidos...

Respeito a opinião de vocês e estou de acordo com ela. Estou muito feliz que o Sr. Arruda esteja na cadeia, e ele é do meu partido. Quatro dias depois de descoberto o que o Governador Arruda estava fazendo, desta tribuna aplaudi o nosso partido por desfiliá-lo, pois não fazia jus ao nosso partido. Queremos o bem para todos. Não tem de haver escolha, todos têm o mesmo valor e não pode haver privilégio.

Estamos aqui alertando a população. Vocês têm de estar atentos, cada um dentro da sua função, levando a notícia a todas as pessoas de seu relacionamento, para conhecerem e melhor escolherem em quem votar. É preciso saber em quem votamos, e muita gente não sabe. (- Manifestação nas galerias.)

Na condição de Vice-Presidente da Casa, pedimos respeito às pessoas, que têm todo o direito de ouvir e assistir à reunião. (- Manifestação nas

galerias.) Não é assim. Respeitamos vocês.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Rinaldo Valério) - Deputado Doutor Viana, 1 minuto. Peço às pessoas que estão nas galerias que respeitem quem está falando, porque a TV Assembleia está levando essas palavras a todo o Estado de Minas Gerais. Pedimos apenas respeito. Vocês merecem manifestar-se no horário correto, mas peço respeito, porque esta reunião é transmitida a toda a Minas Gerais.

O Deputado Doutor Viana* - Estamos exatamente, da tribuna, discordando daqueles que não querem o que é correto. Isso tem de ser bandeira de todos. Todos têm de verificar isso. Não deixaremos de falar, em hipótese alguma, alertando a população e todos nós. Também sou cidadão. Antes de sermos Deputados, somos cidadãos mineiros, brasileiros, e temos de verificar isso numa visão global, não numa visão limitada ou com algum interesse individual e pessoal.

Dentro da minha reflexão, estamos exatamente sendo contrários a essas manifestações na Câmara Federal. Gostaríamos muito que o Ficha Limpa tivesse sido votado ontem, e como estaria melhor o Brasil hoje nas páginas internacionais, em todo o mundo. Está na manchete do "Estado de Minas" de hoje, e concordamos que não podemos mandar para a geladeira a votação do Ficha Limpa. Não querem votá-lo. Quem não deve não teme.

Fico a lamentar toda a parafernália na Câmara. Não todos, mas grande parte dos Deputados, mais uma vez, decepcionou-nos.

Não tenho vergonha de ser político, de ser um homem público, pelo contrário, orgulho-me muito disso. Com muita alegria e responsabilidade, fui Vereador e Prefeito de Curvelo, minha cidade, e já estou no meu terceiro mandato nesta Casa. Para mim isso é motivo de muita responsabilidade, e procuramos exercer o mandato da melhor forma possível. Mas estaria muito mais alegre se a Câmara tivesse realmente assumido o seu papel, ou seja, o de representar com responsabilidade e dignidade o povo que elegeu cada Deputado Federal dessa Casa Legislativa federal. Isso é lamentável, é triste para todos nós. Cada um daqueles 1.600.000 brasileiros que assinaram a lista pelo Ficha Limpa acordou hoje decepcionado e triste.

Estamos tristes com a tragédia do Rio de Janeiro e com a de Brasília. A tragédia do Rio de Janeiro é grandiosa por causa da natureza, das chuvas e da falta de infraestrutura das cidades grandes do nosso país; a de Brasília por ser uma tragédia moral, ética e desumana, que a maioria do Congresso brasileiro impõe ao povo deste país.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Doutor Viana, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento de V. Exa. em relação a essa situação, vivida ontem em Brasília. Sem querer fazer o contraditório, mas corroborando com V. Exa, gostaria de manifestar que não precisamos de mais leis para resolver essa questão. Precisamos é de uma Justiça mais célere, que puna esses que cometeram atos criminosos escondidos por trás de mandatos. É disso que precisamos, e não de mais uma lei. Precisamos da celeridade da Justiça na punição dos que lesaram o erário, daqueles que cometeram crimes políticos, eleitorais, protegidos pela imunidade parlamentar. Criar mais leis não resolverá o nosso problema, nem em Brasília nem em Minas Gerais nem em nenhum Estado deste país. Mas, se a nossa Justiça for célere para julgar e punir aqueles que têm agido dessa forma, aí creio que teremos, sim, a solução dessa situação. Mesmo porque, e V. Exa. sabe muito bem disso, de qualquer pré-candidato a um cargo neste país é exigida pelo TRE a sua folha corrida, certidões de todos os cartórios e de todas as varas. Enfim, ele tem de entregar essa documentação provando que é uma pessoa que está apta ao exercício do cargo. Se, durante o exercício do cargo, ele cometeu, em virtude dessa blindagem, algum tipo de crime, que a Justiça, com a sua celeridade, possa puni-lo para que não continuemos convivendo com essas situações e sendo nivelados por baixo, como V. Exa. disse, o que acaba sendo o pior. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Infelizmente, Deputado Vanderlei Miranda, com todas essas exigências, há no Congresso Nacional quase 200 Deputados com processo tramitando na Justiça. O caso Nardoni foi julgado em dois anos; quanto ao caso da morte do Prefeito Sérgio Daniel, passaram-se oito anos e os que foram detidos, que estavam em observação, foram liberados, pois não podiam passar mais do que esse período. Então se passaram oito anos, e eles não foram julgados.

Realmente temos de brigar para que as coisas aconteçam neste país. Se fosse tão fácil assim, teríamos deixado o Projeto Ficha Limpa ser votado. Sr. Presidente, registro minha intolerância e insatisfação por esse momento que viveu a Câmara dos Deputados na noite de ontem.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Cumprimento a todos, o Sr. Presidente, os colegas Deputados, o público presente na Casa do povo mineiro, os telespectadores da TV Assembleia. O tema que me traz a esta tribuna deixa a todos os brasileiros comovidos, mais do que isso, em alguns aspectos, também revoltados. Uma coisa é a tragédia, algo que foge ao controle de cada um de nós. Nessa hora, temos de nos unir em solidariedade e oração. Refiro-me à tragédia que se abate sobre o povo do Rio de Janeiro, ao sofrimento de milhares de famílias, ao desespero de quem perdeu seus entes queridos e ao dos que perderam todo o seu patrimônio. Infelizmente, esse tipo de tragédia vem se repetindo ao longo dos anos, ora num lugar, ora noutro. Além da tristeza, do sofrimento, acabamos sentindo revolta. É importante nos indignarmos e agirmos para evitar o que, de fato, pode ser evitado, para que as pessoas tenham direito a moradia digna, respeito e segurança. Temos de nos unir. Não podemos ter bandeira partidária. É nosso dever de cristãos, de cidadãos, mais ainda de quem exerce vida pública. Então, em primeiro lugar, registro a solidariedade e o respeito de todos nós, mineiros, com o sofrimento dos nossos irmãos cariocas e fluminenses - povo do Rio de Janeiro, de Niterói e das cidades da Baixada Fluminense. Já se fala em centenas de vítimas; muitos perderam a vida, tantos outros perderam tudo o que tinham, outros correm risco, e a calamidade continua.

Ao mesmo tempo, não podemos ignorar algo muito grave e que reflete como estamos atrasados na questão da democracia no Brasil. Às vezes, exercemos mais a democracia na liberdade de expressar, reclamar, xingar e protestar, o que é fundamental, mas o processo de mudança requer reflexão mais profunda do que é certo e errado. Se não fizermos uma análise mais profunda da situação, corremos o risco de torcer e aplaudir o que é errado e, às vezes, vaiar o que é certo. Vejam bem o que acontece em relação ao dinheiro público, que deve ser usado para prevenir catástrofes no Brasil. Esse dinheiro público deve ser usado principalmente para prevenção. É claro que agora será preciso usar dinheiro público para salvar vidas. O Ministério da Integração é para o Brasil como um todo, nas suas diversas realidades, por isso tem esse nome. Esse Ministério possui dinheiro do povo brasileiro - não é dinheiro de partido nem de governante - para ser usado na prevenção. O Orçamento da União tem a rubrica de dinheiro para ser usado na prevenção. Pois bem, o dinheiro para prevenir situações de risco para a população é administrado por esse Ministério, que tem como Ministro o homem de confiança do Presidente Lula, o Sr. Geddel Vieira Lima, que é lá da Bahia.

Ontem, eu acompanhava, com tristeza, como todos os brasileiros, o sofrimento do povo do Rio de Janeiro. Vemos estampada, nos jornais nacionais e nos do Rio de Janeiro - "Jornal Edição do Brasil", "O Globo" -, a confirmação disso. O Ministério da Integração aplicou 66% do dinheiro do povo brasileiro - não é dinheiro só da Bahia nem do Ministro - na Bahia, para prevenir e cuidar das situações de risco.

No Rio de Janeiro, aplicou praticamente 0%, ou seja, zero vírgula alguma coisa, não chegou a 1%; em Minas Gerais, também praticamente zero; assim como no Espírito Santo e em São Paulo. São Estados onde chove muito - aliás, mais do que na Bahia - e onde se assiste, com frequência, a tais calamidades. Não estou dizendo para não aplicar na Bahia, mas sim que isso reflete uma realidade. Não podemos continuar aplaudindo isso, como se fosse normal.

No momento em que se falava sobre isso, eu ouvia o Presidente Lula, na abertura da Feira Nacional da Construção Civil, na qual discursava, dizer: "Olhem, há um ano, anunciei que faríamos 1 milhão de casas". Todos acompanhamos o que ele disse há um ano. Todos sabem, não ficarei repetindo nem quero fazer análise mais profunda, porque não há tempo, mas não foram feitos nem 10% do número anunciado. Anunciei, criei estardalhaço, e milhares de pessoas foram para a fila, na esperança da casa própria - aliás, é direito previsto na Constituição. Centenas de pessoas foram para a fila, e seguramente algumas das que perderam a vida lá, Deputado João Leite, porém as casas não saíram do papel. Ontem, no mesmo momento em que aquilo ocorria, ele fazia discurso bonito, entusiasmado, sendo aplaudido, de novo, e dizia: "Olhem, lancei que seria feito 1 milhão de casas, mas sabia que não daria para serem feitas. Lancei porque temos de pensar um Brasil grande". E fez outro discurso. Há um ano, ele disse: "Faremos"; num discurso feito agora, disse que não cumpriu: "Olhem, eu sabia que não dava, porque, no momento em que lançamos esse programa, a Caixa Econômica não estava preparada". A Caixa nunca esteve preparada. É obrigação da Caixa fazer financiamento de casa própria, mas a Caixa está mais preparada para dizer "não" do que "sim".

Ora, esqueceram-se de lembrar ao Presidente que ele é Presidente há quase oito anos e que, quando ele lançou o programa, no ano passado, a Caixa Econômica continuava sendo a Caixa Econômica dos brasileiros, cujo Presidente e todos os Diretores é ele quem nomeia. Então ela continua, durante dois mandatos dele, do PT, não sendo capaz ou não tendo estrutura. O curioso é que ele ainda é capaz de dizer: "Olhem, isso é herança do passado". Continua sendo herança. O que veio de bom não é herança do passado; agora, se as casas não saíram, a culpa é de quem foi Presidente há oito anos, Deputado João Leite. Ao mesmo tempo que vemos o absurdo do dinheiro que seria para prevenir, para evitar que pessoas perdessem a vida, ser aplicado politicamente, sem levar em conta critério algum, vemos manchete sobre o alopado do PT - e falo isso porque o Deputado João Leite lembrou, verifiquei, e realmente está na manchete. É sobre aquele militante do PT que num dia era "companheiro" e no outro era chamado de "alopado" pelo Presidente, que foi preso há alguns anos, tentando armar dossiê falso, com série de documentos falsos, com R\$1.000.000,00 numa mala, e que nunca explicou de onde veio tal dinheiro. Tinham a intenção de fazer com que aquilo fosse passado para a frente como se fosse verdade, para destruir a candidatura, na época, do candidato a Governador, Geraldo Alckmin, em São Paulo, para tentar destruir eleição democrática com algo mentiroso, criminoso, a ponto de o próprio Presidente dizer: "Oh, este é alopado". Bom, o "alopado" não ficou na cadeia, continuou a ter benesses do governo. Ele foi preso ontem pela Polícia Federal, por estar envolvido no desvio de mais de 250 milhões de dinheiro público. Ao mesmo tempo, Deputado João Leite, a base do governo, o PT e o PMDB, principalmente, impediram ontem o Projeto Ficha Limpa de ser votado.

Então será que não precisamos refletir um pouco mais? Será que estamos sempre aplaudindo o que é certo e vaiando o que é errado? Será que não estamos cometendo o risco de querer confundir política com jogo de Atlético e Cruzeiro? Jogo de Atlético e Cruzeiro é assim mesmo: sou cruzeirense, e o Deputado João Leite é atleticano; então, no dia em que os times estão jogando, o Atlético pode estar jogando mal que o Deputado João Leite continua aplaudindo seu time. No dia em que o Atlético está jogando contra o Cruzeiro, meu time pode estar jogando mal que continuo suando minha camisa e o defendendo. Não é assim, Deputado João Leite? E entendemos como normal. Isto é paixão nacional.

O Presidente adora usar o futebol como exemplo. Não é muito a minha praia fazer isso. Futebol podemos levar na brincadeira; torcemos e, mesmo quando o time não é o melhor, batemos no peito e dizemos que é o melhor. No Brasil inteiro, é assim. Agora, política não pode ser assim, principalmente quando um governo não está indo bem; quando faz o que fez com o Rio de Janeiro, ao não conceder-lhe um centavo e colocar recursos politicamente na Bahia; quando finge que determinadas figuras continuam bons companheiros e desviam dinheiro público, ficando por isso mesmo; quando usa sua base para não permitir que o Projeto Ficha Limpa seja votado; quando tem maioria no Congresso, e não vota a regulamentação da Emenda nº 29, para que haja dinheiro na saúde.

Estou aqui com um jornal de hoje, portanto não sou eu que estou dizendo, mas sim o Brasil inteiro. Ele diz que o governo se recusa a dar mais de 7% para os aposentados. Tivemos aqui, no Estado, 10% para os servidores, que também acho pouco. Temos de lutar para ter índice maior. Aliás, lutei muito, fiz audiência aqui para os servidores administrativos da Secretaria de Educação, que estavam com defasagem muito grande. Conseguimos que alguns servidores tivessem até 42%. Vejam o exemplo dos Defensores Públicos. Quando o Governador iniciou seu mandato, ganhavam mais ou menos dois mil e poucos reais; agora ganharão R\$8.000,00, depois R\$10.000,00 e, em seguida, R\$12.000,00. Ainda é pouco, principalmente o que o professor ganha. Sabemos que o aumento de 10% é pouco. Agora, será que podemos bater palmas para governo que sempre criticou o governo anterior, dizendo que este matava os aposentados, que era contra os aposentados, que ganharia o comando do País e que o PT daria tratamento digno aos aposentados? Temos o fator previdenciário, que está no Congresso para ser votado, mas a base do governo não vota para acabar com ele. Veio, então, o Congresso e votou projeto para conceder aos aposentados pelo menos o mesmo reajuste do salário mínimo. O Presidente Lula vetou. Vejam que não podem dar para o aposentado nem o reajuste do salário mínimo. Vamos, então, bater palmas e dizer que está tudo bem, que o Presidente torce para o Corinthians, que é cara simples, do povo? Futebol é uma coisa, mas o País não pode continuar mergulhado na corrupção. Não pode o Projeto Ficha Limpa ser barrado pela base do governo. Assinaram essa proposta 1.600.000 pessoas, nossa Igreja Católica, as demais denominações religiosas, os evangélicos, enfim, todos se uniram, todo homem e toda mulher de bem assinaram e deram um basta dizendo que não queriam bandido na política. Vem, então, a base do PT e do PMDB e obstrui a votação, e o projeto vai para a gaveta.

Então, Deputado João Leite, teremos de repetir muitas vezes isso. Andam repetindo algumas mentiras tantas vezes que alguns brasileiros passaram a acreditar nelas. Por exemplo, repetiram a mentira de que salvariam os aposentados. Muitos acreditaram, e agora vemos o que fazem. Voltarão a mentir de novo. Daqui a pouco, dirão que é herança do passado, mas agora elegerão "a" ou "b", a fulana de tal, e resolveremos isso. Aliás, quero fazer ressalva e comentar o discurso do Deputado André Quintão, que admiro profundamente. Foi muito feliz, ao vir aqui e defender que é importante que tenhamos coerência na escolha dos candidatos a Governador. O candidato que apresentaremos é o Governador, o Prof. Anastasia. O PSDB fará, neste sábado, convenção nacional para, internamente, primeiro decidir que terá como candidato à Presidência da República o ex-Governador de São Paulo, José Serra. Espero estar lá com vários outros colegas. Temos essa coerência. Duro é ver o Deputado André Quintão vir aqui lembrar à candidata do PT que o PT tem candidato em Minas, que não fica bem vir aqui tentar pegar carona no bom governo feito por Aécio Neves e pelo Prof. Anastasia e dizer que pretende emplacar aqui dobradinha com o PSDB. Olha, sempre recebemos com alegria este reconhecimento do PT e do PMDB. Isso hoje é questão consumada. Vemos os Prefeitos, em todo o interior de Minas, tendo consciência de que o PSDB fez governo sem retaliações, que não fez o jogo que fizeram com o Rio.

Vejam, estou dando exemplo do dia de hoje. Se alguém quiser, pode me contestar.

O Ministério da Integração Nacional, que tem obrigação de repassar as verbas para prevenir catástrofes, pegou 66% desse dinheiro e colocou na Bahia, onde está o Ministro baiano do PMDB indicado pelo Presidente Lula, do PT. Sabemos das tragédias que acontecem no Rio de Janeiro por causa das condições topográficas e climáticas, mas o Estado recebe 0% de dinheiro. Por motivo eleitoreiro, esses recursos tiveram fins partidários.

Em Minas é diferente. Aqui, Prefeito do PT vota no candidato do PSDB ao governo do Estado; Prefeito do PMDB vota no PSDB, porque esse partido não persegue, mas sim trata todos igualmente. Assim que é correto para realmente melhorarmos o nosso Brasil. É isso que defendo. Só falta o Congresso Nacional e a Câmara Federal acordarem e votarem o Projeto Ficha Limpa para separar o joio do trigo. Afinal, quem tem história limpa, quem trabalha a política com seriedade, com ética e responsabilidade, que coloque seu nome à disposição. Mas quem tem ficha suja deverá responder à Justiça e pagar pelos seus erros. Que não venham se candidatar para usar a política como álibi, pois estarão colocando toda a democracia em risco.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que me foi concedido. Não vamos deixar o Projeto Ficha Limpa ir para a gaveta. Continuaremos lutando até que ele seja aprovado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de cumprimentar e saudar a todos e a todas. De forma muito especial, quero parabenizar a categoria da educação e o Sind-UTE, que, de forma democrática, está mobilizando os servidores em todo o Estado de Minas Gerais e lutando por justiça e valorização salarial.

É triste ter de mostrar aqui um contracheque para vermos quanto ganha um professor no Estado de Minas Gerais. É vergonhoso e lamentável um Estado, com um orçamento de mais de R\$40.000.000.000,00, pagar, como piso inicial, menos que um salário mínimo para um professor qualificado, com curso superior e especialização. Peço aos segurancas que peguem o contracheque das pessoas que estão nas galerias para que eu possa mostrá-los como exemplo. Vejam quanto recebe esse professor, com mais de 20 anos de serviço, e o seu vencimento básico é de R\$330,75. É uma vergonha, uma verdadeira maldade. Infelizmente o Estado de Minas Gerais não cumpre a lei federal nem implementa o piso nacional para os servidores da educação. Já é pouco, mas é uma forma de garantir uma certa valorização dos servidores. Essa é a situação caótica de nosso Estado.

Tenho em mãos um outro contracheque, de Auxiliar de Serviços de Educação, com carga horária de 30 horas semanais, o qual recebe R\$330,75. Se alguém disser que isso é mentira, que venha ver, porque a prova está aqui, com o nome do servidor, Geraldo da Costa Silva, além do CPF e do endereço dele. As pessoas se identificam e não escondem a realidade. Para quem disser que isso não é verdade, está aqui a prova de quanto é o vencimento básico de um servidor da educação em nosso Estado: menos de um salário mínimo. Não podemos admitir nem aceitar essa situação. A categoria é muito injustiçada. Outras categorias no Estado, de forma justa, receberam dos outros Poderes dinheiro retroativo a janeiro de 2010, mas os servidores da educação não tiveram esse mesmo benefício. Então, mais uma injustiça com a categoria.

Outra questão: os servidores pagam ao Ipsemg, mas infelizmente não têm direito ao atendimento. Isso é um verdadeiro caos. Aliás, o Ipsemg não faz convênio no interior do Estado. Por exemplo, em Belo Horizonte faltam enfermeiros, pessoas com cirurgia marcada têm de voltar para casa, não tendo, muitas vezes, dinheiro para pagar o transporte e um lugar para ficar. É muito triste ver a situação em que se encontra a educação em nosso Estado.

Gostaria de parabenizar o Sind-UTE e todos os servidores da educação, já que, neste momento, está havendo uma grande mobilização na Assembleia Legislativa, até com um indicativo de greve a partir de hoje. Os professores estão aqui dizendo isso. Fica aqui a nossa solidariedade. Fico envergonhado de ter de mostrar, da tribuna da Assembleia, o contracheque dos servidores da educação. Realmente, o que fizeram com essa categoria foi uma grande maldade, uma grande injustiça.

No momento, não concederei aparte ao nobre Deputado Sargento Rodrigues e conto com a compreensão dele quanto a isso, porque faltam apenas 5 minutos para o término do meu tempo e ainda gostaria de falar sobre vários assuntos. Um deles é que eu estive em Brasília, na Aneel, e também no Congresso Nacional, acompanhando os servidores da segurança pública, que lutam, de forma digna, pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 300 e 308. Assim sendo, gostaria de empenhar o meu apoio e também o do Deputado Federal Elismar Prado, que já assumiu o compromisso, independentemente da decisão da bancada do partido, de votar com a categoria e já deu esse aviso à Liderança. A Proposta de Emenda à Constituição nº 300 será colocada no Plenário, independentemente do indicativo do governo. O Deputado Elismar Prado vai votar com os servidores públicos, em defesa dos servidores públicos. Aliás, o Deputado Elismar Prado foi um dos relatores, um membro da Comissão Especial que aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, em 1º turno. Agora, a nossa luta é para aprová-la em 2º turno. Então, esperamos que o Presidente da Câmara a coloque em votação. Não existe vitória sem luta, e a mobilização dos servidores da educação sabe disso. Não há conquista sem luta, e é por isso que os servidores estão mobilizados, pressionando, de forma justa, e reivindicando os seus direitos.

A verdade é que o governo não cumpriu o que prometeu. O governo disse que, antes de garantir o reajuste, iria reunir-se com o sindicato dos servidores, o que não foi feito. O governo não se reuniu com ninguém e ainda impeliu o projeto goela abaixo, do jeito que quis. O pior foi que ele prometeu que os salários dos servidores da segurança pública, dos servidores do nosso Estado, seriam os melhores do País, mas ele também não cumpriu essa promessa. A questão da valorização dos servidores é um caos.

Outra questão que gostaria de abordar diz respeito à minha estada na Aneel, que julgou o processo da Cemig, neste ano, para analisar o percentual de reajuste da conta de luz. Fui o único Deputado presente e o único a fazer uso da palavra e a apresentar propostas. Aliás, apresentei um grande número de propostas e fiz defesa oral, da tribuna da Aneel. Também apresentamos vários questionamentos à Cemig, no intuito de provar que não justificava um aumento na conta de luz; solicitei, ainda, que fosse feito um cálculo da conta de luz, desde 2002, em vista dos erros, ou melhor, dos furtos que as concessionárias praticaram contra os consumidores de todo o País. A nossa proposta foi acatada, mas de forma parcial. Houve um recálculo apenas para o ano de 2009.

A Aneel decidiu que os consumidores teriam uma redução média de cerca de 1,48% na conta. Já os consumidores de baixa renda sofreriam uma redução de 5%, enquanto que os consumidores de alta tensão teriam 10% de redução na conta de luz. É a segunda redução em toda a história da Cemig, visto que, em 2008, conseguimos uma redução de 17%. Foi uma grande campanha, com mais de meio milhão de assinaturas, de abaixo-assinados, isto é, a maior audiência pública da história. A Aneel definiu uma redução pelo valor sentido pelos consumidores. Isso significa que, do ponto de vista técnico, houve um aumento do valor da conta de luz, de 7,58%. Então, as pessoas me perguntam: "Se ocorreu esse aumento no valor da conta de luz, de 7,58%, como pôde haver redução, ou seja, de que forma o consumidor poderá sentir uma redução de 1,48% em média?". É simples. Isso virá na conta. O valor que esse cidadão irá sentir na conta será essa redução de 1,48%, e, como já disse, para os de baixa renda a redução será de mais de 5%. Para os consumidores de alta tensão, o desconto será de mais de 10%. Isso fez parte do chamado recálculo, já que o valor normal, segundo os cálculos da Aneel - considerando DIV, Itaipu e dólar -, seria de 7,58% de aumento. É justamente aí que entra o recálculo, que são exatamente os valores que o cidadão pagou a mais em 2009. Então foi feito esse recálculo em 2009, em torno de 9%, e desse valor foi abatido o percentual de 7,58%, em média. Houve esse recálculo na conta de luz em relação aos valores que os consumidores pagaram a mais no ano de 2009. Aí, eu pergunto: e os anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, eles não irão devolver? Aliás, esse assunto já está na Justiça. Eu e o Deputado Federal Elismar Prado ingressaremos com outra representação no Ministério Público Federal, solicitando o retroativo de 2002 a 2008, já que, quanto ao recálculo de 2009, nós já o conseguimos por meio da defesa que fizemos no plenário da Aneel.

Conseguimos impedir o aumento do valor da conta de luz, que acho ser o mais importante. A água e a energia pública são bens públicos essenciais à vida e não podem ser tratados como mera mercadoria. Fico muito feliz por mais uma vitória, e quero parabenizar a todos os que contribuíram de uma forma ou de outra. Fizemos uma defesa firme.

Gostaria de, mais uma vez, parabenizar o Sind-UTE e todos os servidores e de dizer que o nosso apoio é incondicional. A luta dos servidores da educação, dos professores e dos serviços, é muito justa, pois eles estão recebendo um verdadeiro salário de fome, esse que é pago pelo governo do Estado. Fica aqui o nosso apoio e a nossa solidariedade.

Para terminar, gostaria de cumprimentar o Vereador Vicente de Paula, de Caxambu, o Vereador Claudinei, o Vereador Sininho, e também o Felipe Moreira e o Adailton Nunes, que são do Contagem Esporte Clube.

Mais uma vez, parabéns a todos os servidores da área da educação, os quais podem contar conosco. Paulo Freire já dizia: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Dinheiro para gastar no Centro Administrativo há; dinheiro para gastar com os grandes meios de comunicação, há. Mas, infelizmente, dinheiro para valorizar os servidores, não há.

Quero pedir desculpas e parabenizar o Deputado Sargento Rodrigues, pois, devido ao tempo, infelizmente não consegui dizer tudo o que queria. Muito obrigado. Parabéns!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado Doutor Viana, é sempre uma alegria ocupar a tribuna, quando V. Exa. preside a reunião. Inicialmente, gostaria de cumprimentar e apoiar integralmente os professores e funcionários da educação pelo movimento que fizeram. Lembro que fui Prefeito por duas vezes na minha cidade. Infelizmente, os salários da Prefeitura eram maiores do que os salários do Estado. Isso precisa acabar um dia. Se uma Prefeitura pode, por que o Estado não pode? Achamos que essa luta é válida, como disse o nosso colega Deputado Sargento Rodrigues. Uma mobilização forte é necessária, com apoio e suporte da Assembleia. Cumprimento, ainda, o Vereador Alfredo Nata, que está em nosso gabinete esperando, para conversarmos sobre os assuntos de Almenara.

Desde o dia 27, Sr. Presidente, gostaria de ter comentado a visita do Governador a Teófilo Ottoni, mas ainda não tive espaço para fazê-lo. Hoje, quero agradecer, de público, ao Governador Aécio Neves, ao Vice-Governador Anastasia e ao pai do Governador, Aécio Cunha, que foi Deputado da nossa região por oito mandatos consecutivos. Eles foram lá para nos levar boas notícias. Na oportunidade, tive a possibilidade de mostrar que o governo de Minas Gerais investiu em Teófilo Ottoni nada menos que R\$234.000.000,00 em obras e benefícios. Na solenidade, esse número já havia aumentado. Recebemos mais R\$1.200.000,00 para transformar a feira coberta do Bairro Marajoara, em sede própria da Copanor, criada pela Assembleia por meio de um projeto que tramitou rapidamente. Essa empresa está atingindo mais de 600 localidades na região mais pobre de Minas, instalando rede de água e esgoto tratados. Sua sede é provisória, mas sua sede própria será edificada.

Em visita a Teófilo Ottoni, o último ato do Governador foi liberar recursos para reforma e melhoria do Aeroporto JK, construído em 1988, quando eu era Prefeito. Realmente o aeroporto precisa de uma reforma, um cercamento, uma melhoria no terminal. Aportando agora em Belo Horizonte, conseguimos com o Governador Anastasia e o Secretário da Casa Civil, Danilo de Castro, garantir a inclusão do aeroporto de Teófilo Ottoni no programa Proaero, para 2011, por meio de investimentos da ordem de R\$4.000.000,00. Com a presença do Prefeito Nide, de Nanuque, estivemos com o Secretário Danilo de Castro e garantimos recursos para esse aeroporto em 2011, da ordem de R\$2.000.000,00. Com esse investimento, Sr. Presidente, a tão sonhada linha aérea ligando Belo Horizonte, Teófilo Ottoni, Araçuaí, Almenara e Nanuque poderá ser viabilizada ainda no primeiro semestre do ano que vem.

É preciso dizer, justificar para a população daquela região que os recursos estão garantidos para o ano que vem, porque, ao longo de 2009, nenhum repasse do convênio feito com a Infraero foi direcionado para Minas quanto aos aeroportos.

Todos os investimentos foram feitos com recursos do próprio Estado. Do dinheiro arrecadado nos grandes terminais da Pampulha e de Confins, Minas Gerais ainda tem direito a parcela que não foi repassada pela Infraero ao longo de 2009 e que também não começou a ser repassada em 2010. Por isso temos a postergação das obras que deveriam começar neste ano. Então agora nós, daquela região tão esquecida e discriminada de Minas Gerais, teremos condições de obter nossa linha aérea. Não precisaremos viajar até Valadares para pegar avião para Belo Horizonte, nem os que moram em Nanuque, Serra dos Aimorés e região terão de ir a Vitória, no Espírito Santo, para pegar avião para Belo Horizonte. A situação parece que realmente está resolvida. Há compromisso do Sr. Fuad Noman, Secretário de Transportes, de que esses recursos serão alocados no Proaero para os dois aeroportos, ou seja, os de Teófilo Ottoni e Nanuque. O Aeroporto de Almenara tem recursos alocados, então está muito bom. O que falta é apenas equipamento para pouso noturno. O Aeroporto de Araçuaí também receberá reforma.

Portanto estamos muito satisfeitos com o desempenho do governo nesta semana, após visita do Governador a Teófilo Ottoni, no dia 27. Nesse dia, ocorreu fato importante. Nossa Prefeita, do PT, rasgou elogios ao Governador Aécio Neves, que é do PSDB, e lhe agradeceu a posição republicana de dar a Teófilo Ottoni o maior volume de obras da sua história ao longo de governo do PT. É claro que ficamos muito felizes, porque isso foi combinado com os Deputados majoritários de lá - eu, como Deputado Estadual, e Ademir Camilo, como Deputado Federal -, com pedido do próprio Presidente Lula, que acatamos, para apoiarmos aquela administração. E apoiamos. No que tange ao governo do Estado, não faltou nada a Teófilo Ottoni. Então, nossa intermediação e participação permanente junto ao governo do Estado fez com que Teófilo Ottoni, com as dificuldades da sua administração municipal, recebesse volume de obras fantástico e mantivesse certo ritmo de desenvolvimento.

No entanto abrirei parêntese neste meu pronunciamento. Houve tentativa de se falar naquele instante ou de forçar o Governador a falar sobre a Zona de Processamento de Exportação - ZPE. Quero explicar e justificar para a população de Teófilo Ottoni e da região, que será altamente beneficiada, quando ocorrer a implantação da ZPE, por que o Governador não disse nada. Na verdade, não disse nada porque a documentação da Zepex, empresa que administra a ZPE, não está completa. A decisão de comprar 51% das ações da Zepex é política. Sabendo da existência desse projeto, que se encaminha ao longo dos últimos 20 anos, o governo do Estado - há 20 anos, todos nós, que trabalhamos pela ZPE, lutamos por isso, com vários Deputados que nos sucederam na Câmara dos Deputados, como o Luís Leal, depois eu e Edson Soares - não pode ser irresponsável de adquirir o que não existe. Em verdade, a ZPE de Teófilo Ottoni, embora tenhamos construído lá, com recursos do governo do Estado, área alfandegada e administrativa, além da urbanização da região, com canalização do Rio Todos os Santos naquele trecho, embora tudo isso tenha sido feito, lamentavelmente a Prefeitura, que era detentora de área desapropriada, não tinha feito a escritura. Portanto essa escritura ainda não foi passada, não é de propriedade da Zepex. Por outro lado, parte de área que tinha sido negociada com a Zepex, da família Hollebach, estava em juízo e não tinha sido paga. Outra área adquirida da família de Geraldo Porto foi devolvida aos donos originais, porque a Zepex comprou e não pagou. Então há toda essa confusão. Do ponto de vista legal, embora tenha a decisão política de comprar os 51% das ações da Zepex, o Governador não pode assinar qualquer documento enquanto esses terrenos e imóveis não estejam em nome da Zepex. Como podem ser compradas ações de empresa que não tem patrimônio? Então a justificativa é essa. Acertei isso com o Governador Aécio Neves quando ainda ocupava o governo. Hoje temos o Governador Anastasia. O governo decidiu isso há mais de um ano, portanto está acertado. É decisão de salvar o empreendimento pelo qual lutamos há mais de 20 anos. Mas não podemos, à guisa de andar depressa e resolver rápido, passar por cima da lei. O governo está certo, ainda temos três meses de prazo para consolidar a ZPE.

Quero referir-me à questão da mineração da região do Alto do Rio Pardo, descendo para Malacacheta, chegando a Jenipapo de Minas e Chapada do Norte, dos minérios de ferro existentes em Malacacheta, do caulim existente em Padre Paraíso e em Icaraiá. Todas essas explorações minerais vão, finalmente, encontrar um porto seguro, que seria a siderúrgica implantada na ZPE de Teófilo Ottoni. Tudo isso vai depender da documentação que está sendo preparada. Acredito que a Zepex vai entregar a tempo. Se não entregar, vamos denunciar, de público. O esforço que o governo está fazendo de quitar uma dívida de R\$13.500.000,00 da Zepex com o governo do Estado, adquirindo 51% das ações, é um esforço político em benefício de uma cidade e de uma região. Mas não pode ser feito de forma irresponsável quando a própria Zepex não está organizada e não tem a prova documental dos imóveis que ela possui, para que possa adquirir um percentual do seu controle acionário.

Finalmente, gostaria de ressaltar o tratamento que tem sido dado pelo governo nos últimos dias, tentando recuperar um pouco a queda da arrecadação do ICMS, um repasse financeiro para os Municípios. Claro que há distorções, alguém do governo ligando e tentando intermediar em nome de outros possíveis Deputados ou candidatos a Deputado; já tive oportunidade de falar dessa questão com o Secretário. Ontem foi feita uma reunião de todos os Líderes de partido com o Secretário Danilo de Castro, e tudo foi esclarecido. Embora haja esse transtorno, é preciso cumprimentar o governo do Estado - Governadores Aécio Neves e Anastasia -, agradecendo-lhe a determinação do repasse de recurso extra aos Municípios, em compensação pela perda da arrecadação do ICMS no período da crise. Isso veio em momento especial, em que todos os Municípios estão em situação financeira deplorável, passando por muita dificuldade. É preciso que olhemos por Nanuque, Almenara, Porteirinha, Ladainha, Malacacheta, Jenipapo, Chapada do Norte; enfim, todos esses Municípios da região mais pobre e deprimida de Minas Gerais precisam dessa assistência do governo do Estado - e é claro que também os Municípios de outras partes de Minas Gerais.

No entanto o que destaco neste instante é esse aspecto altamente benéfico da ação do governo em momentos especiais, em que há uma necessidade maior. É preciso cumprimentar, elogiar e saber agradecer quando acontece algo de bom. O Estado está entregue a um homem muito competente, diligente, determinado e que vai concluir esse mandato do Governador Aécio Neves com maestria. Tive a felicidade de conviver com o Prof. Anastasia quando fui Secretário Adjunto de Estado. Conversávamos muito, desde a época em que estava na Secretaria de Planejamento. Tenho certeza de que algumas coisas que ainda não estão acertadas o serão neste ano ou no ano que vem. Estaremos de plantão para tentar corrigir algumas distorções - essa da área da educação, outras da área dos assistentes jurídicos de penitenciária, em número de 42, que foram relegados no projeto de aumento. Não houve recomposição dos seus salários equiparados aos dos Defensores Públicos, como conseguimos equiparar o salário dos Delegados de Polícia. Ainda há muita luta pela frente, mas é preciso registrar que a região do Mucuri e do Jequitinhonha está muito satisfeita com a atuação do governo do Estado. Atuação brilhante, como disse a própria Prefeita do PT, Maria José. Uma atuação democrática e republicana, que não deixou de atender a nenhum Município pela questão partidária. Não deixou de verificar a necessidade do povo em função da sua coloração. Quem é do PMDB, como sou hoje atrelado, no bloco de Oposição, não pode ser irracional ao ponto de não agradecer, não reconhecer, não aplaudir e não endossar medidas de interesse direto do povo. A questão partidária não pode obliterar nossa visão a ponto de esquecermos do reconhecimento dos valores das pessoas que têm governado Minas Gerais com competência, seriedade e determinação.

Assim, Sr. Presidente, fiz questão de fazer este pronunciamento para que não paire dúvida sobre minha posição. Não tenho qualquer dúvida sobre minha posição de apoio e de suporte a este governo, que tem sido altamente benéfico a Minas Gerais e exemplo para o Brasil.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/4/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando Karine Braz de Queiroz do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

nomeando Karine Braz de Queiroz para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Dilma Perret Ferraz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Maria dos Anjos Martins do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Paulo Antônio da Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Hercules Augusto da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/4/2010, na pág. 37, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Hely Tarquínio", onde se lê:

"Eny Dias Simões Coelho", leia-se:

"Emy Dias Simões Coelho".